

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

João Guilherme da Costa Franco Silva D’Arcadia

**DAS IDEIAS DE ROLAND BARTHES À TEORIA DO ENQUADRAMENTO:
ANÁLISE DE UMA COBERTURA POLÍTICA**

**BAURU
2014**

João Guilherme da Costa Franco Silva D'Arcadia

**DAS IDEIAS DE ROLAND BARTHES À TEORIA DO ENQUADRAMENTO:
ANÁLISE DE UMA COBERTURA POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Murilo Cesar Soares

BAURU
2014

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Natalia, que era minha namorada quando tudo isso começou, e que foi a pessoa essencial para que tudo isso terminasse;

A minha mãe, que me ama sem pensar, me ajuda sem saber e me acolhe sem estar;

A meu pai, que aprecia as coisas do mundo e vasculha jeitos de tentar mudá-lo;

A minhas irmãs, que teimam em me presentear todos os dias, como se eu merecesse;

A meus sobrinhos, que um dia descobrirão que o tio não bate bem;

A todos meus amigos, em nome de Fábio Alvarez (Lincoln), que me hospedou e prorrogou nossa vida bauruense;

Ao professor Adenil Alfeu Domingues (*in memorian*), que não via vida fora da linguagem;

Ao meu orientador, Murilo César Soares, que acreditou na minha proposta e a fez melhorar;

A esta universidade, para a qual fiz pouco por merecer, mas que me fez muito para ter a minha mais verdadeira gratidão.

O estereótipo é esta nauseabunda impossibilidade de morrer.
Roland Barthes

D'ARCADIA, João Guilherme da Costa Franco Silva. **Das ideias de Roland Barthes à teoria do enquadramento:** Análise de uma cobertura política. 100f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2014.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo buscar uma verificação das ideias do semiólogo Roland Barthes para a análise dos meios de comunicação de massa, adotando como método de investigação a análise de enquadramento. Especificamente, a investigação procura identificar os operadores retóricos do mito, descritos em *Mitologias*, e os elementos da linguagem autoritária – apresentada em *Aula* – nas narrativas produzidas pela imprensa. Para tanto, foram estudadas reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, publicadas na semana subsequente à prisão dos primeiros réus condenados na ação penal 470, decorrente do suposto pagamento de propina a parlamentares no caso conhecido como “mensalão”. Enquadramentos implícitos dos dois periódicos foram encontrados através da análise, por meio da qual foi possível categorizar determinadas propriedades textuais que exemplificam os operadores retóricos do mito. O estudo sugere que muitas das características reveladas na análise são inerentes à produção jornalística – como a *omissão da história*, que descontextualiza os eventos, que passam a adquirir existência própria – e a *quantificação da qualidade*, que busca descrever acontecimentos de maneira genérica e quantitativa. Por fim, a pesquisa interpreta que as coberturas dos dois jornais são muito semelhantes e reforçam as figuras da *autoridade* e das *instituições sociais*, o que também é característico do jornalismo diário.

Palavras-chave: jornalismo diário; operadores retóricos do mito; linguagem autoritária; análise de enquadramento; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo

ABSTRACT

This research aims at searching for the ideas' verification of the semiotician Roland Barthes for analysis of mass communication media. It seeks the identification of rhetorical operators of myth, described in *Mythologies*, and the elements of the authoritarian language – presented in *Leçon* – in the narratives produced by the press. Therefore, there were analysed articles from *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* published on the subsequent week of the prison of the first defendants convicted on criminal action 470, resulted from the alleged bribery payments to parliamentarians in the well-known “mensalão” case. Eventual biases and implicit intentionalities by both newspapers were found through frame analysis, in which was possible to categorise specific textual properties that exemplify the rhetorical operators of myth. The study came to the conclusion that several revealed characteristics are inherent to the journalistic production – such as *omission of history* that decontextualises events which turn out to be self-existent – and *quality quantification* which searches for describing events in a generic and quantitative form. At last, the research interprets that both newspapers' coverages are similar and reinforce the figures of *authority* and *social institutions*, which is also a daily journalism's characteristic.

Key-words: daily journalism; rhetorical operators of myth; authoritarian language; frame analysis; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo.

RESUMÉ

Cette recherche vise à vérifier les idées du sémiologue Roland Barthes sur l'analyse des médias de communication de masse. Elle cherche à identifier les opérateurs rhétoriques du mythe, décrits dans *Mythologies*, et les éléments du langage autoritaire – présentés dans *Leçon* – dans les récits écrits par la presse. Par conséquent, on a analysé des articles de *Folha de S. Paulo* et *O Estado de S. Paulo*, publiés la semaine suivante de prison des premiers accusés reconnus coupables de l'acte criminel 470, résultant du présumé versement de pots-de-vin aux parlementaires dans le cas très connu “mensalão”. Partis pris éventuels et intentions implicites ont été trouvés dans les deux journaux à travers l'analyse des cadres, au moyen de laquelle on a pu répertorier des propriétés textuelles spécifiques qui illustrent les opérateurs rhétoriques du mythe. L'étude conclue sur le fait que beaucoup de caractéristiques révélées sont inhérentes à la production journalistique – comme l'*omission de l'histoire*, qui décontextualise les événements, qui deviennent alors auto-existants – et la *quantification de la qualité*, que cherche à décrire les événements génériquement et quantitativement. Finalement, la recherche conclue que les couvertures des deux journaux sont trop similaires et renforcent les images d'*autorité* et des *institutions sociales*, qui sont aussi caractéristiques du journalisme quotidien.

Mots clé: journalisme quotidien; opérateurs rhétoriques du mythe ; langage autoritaire ; analyse de cadres; *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistemas semiológicos do mito.....	24
Quadro 2 – Componentes sintagmáticos do modelo metodológico.....	50
Quadro 3 – Comparação quantitativa da abordagem dos dois jornais.....	54
Quadro 4 – Referências aos sentenciados presos no esquema do “mensalão”.....	56
Quadro 5 – Referências ao presidente do STF, Joaquim Barbosa.....	57
Quadro 6 – Referências ao delito objeto da condenação (terminologia política).....	58
Quadro 7 – Referências à ação penal 470 (terminologia jurídica).....	59
Quadro 8 – Referências às sanções impostas aos réus da ação penal 470.....	60
Quadro 9 – Referências ao 15 de novembro na cobertura das prisões do mensalão.....	62
Quadro 10 – Referências à resignação dos réus.....	63
Quadro 11 – Menções ao estado de saúde de José Genoino.....	63
Quadro 12 – Repercussão do ato do presidente do STF nas instâncias políticas e partidárias.....	65
Quadro 13 – Referências à rotina na prisão.....	67
Quadro 14 – Liderança emocional e organizacional de José Dirceu na cadeia.....	68
Quadro 15 – Suposto tratamento diferenciado para réus do “mensalão”.....	69
Quadro 16 – Número de reportagens que mencionaram os réus com mandado de prisão expedido em 15 de novembro de 2013.....	70
Quadro 17 – Aspectos pessoais de Henrique Pizzolato.....	71
Quadro 18 – Referências ao ex-governador Eduardo Azeredo.....	77
Quadro 19 – Reportagens dedicadas às versões dos réus ou às interpretações de correligionários.....	84

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2–Capas dos jornais <i>FSP</i> e <i>OESP</i> do dia 16 de novembro de 2013.....	55
Figuras 3, 4, 5 e 6 – Capas dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Globo</i> , <i>Jornal de Santa Catarina</i> e <i>Estado de Minas</i> no dia 13 de novembro de 2012.....	81
Figuras 7 e 8 – Representação gráfica das penas a que os condenados do “mensalão” foram submetidos, em <i>FSP</i> e <i>OESP</i> , no dia 16/11/2013.....	82
Figura 9 – “Dez questões de ordem”, publicadas na <i>FSP</i> em 17/11/2013.....	83

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Barthes e à crítica à linguagem autoritária.....	18
1.1 A seara de Roland Barthes.....	18
1.2 A criação de estereótipos – o mito.....	21
1.3 A crítica à imprensa – o fait-divers.....	32
1.4 Aula – a síntese das ideias.....	36
2. Os rumos da análise – o enquadramento.....	40
3. Procedimentos metodológicos.....	49
3.1 O espaço de dispersão vs a metodologia.....	49
3.2 Definição do objeto.....	50
3.3 Observação.....	51
3.4 Descrição.....	52
3.5 Interpretação.....	52
4. Análise da cobertura da prisão dos envolvidos no “escândalo do mensalão”.....	53
4.1 Plano da amostra.....	53
4.2 Referências lexicais.....	55
4.2.1 Referências aos réus.....	55
4.2.2 Referências ao presidente do Supremo.....	57
4.2.3 Referências ao “esquema”.....	58
4.2.4 Referências ao processo.....	59
4.2.5 Referências às sanções.....	60
4.3 Análise interpretativa dos enquadramentos.....	61
4.3.1 O enquadramento da autoridade.....	61
4.3.2 O enquadramento da punição em oposição à impunidade.....	64
4.3.3 Enquadramento de interesse humano.....	66

4.4 O mito enquanto fala despolitizada nas reportagens.....	71
4.4.1 A omissão da história nas reportagens.....	75
4.4.2 A identificação, nas reportagens.....	78
4.4.3 A quantificação da qualidade, nas reportagens.....	80
4.4.4 O contraditório-declaratório.....	84
4.4.5 Síntese comparativa: o cartel informativo.....	85
4.4.6 Os operadores retóricos como elementos do jornalismo.....	88
 Considerações finais.....	92
 Referências.....	96

INTRODUÇÃO

A produção jornalística é composta por características inerentes a este ofício profissional, mas também por decisões estritamente intencionais. A distinção entre o que é consequência da rotina e o que é fruto de opções editoriais nem sempre chega ao usuário da informação com clareza. Somado ao fato de que o jornalismo, no imaginário popular, “reproduz a verdade”, poucos são os espaços de contestação abertos pelos veículos de imprensa consolidados.

Na plataforma impressa, este ambiente exíguo para a enunciação do interlocutor torna-se ainda mais enxuto, o que faz do papel o meio de comunicação de massa no qual a assimetria entre quem detém o discurso (produto/jornalista) e quem o recebe (leitor) é a mais estática entre as possibilidades de veiculação noticiosa – sobretudo com a disseminação galopante dos discursos híbridos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

A suspeita inicial deste trabalho é a de que, tanto por características próprias da produção jornalística, quanto por intenções diversas dos veículos de comunicação, o jornalismo produz narrativas *autoritárias*, na medida em que se apropria da inescapável condição de representar acontecimentos para apresentá-los de maneira sedimentada.

A sustentação teórica norteadora do trabalho vem das principais contribuições do semiólogo francês Roland Barthes para os estudos da comunicação de massa e das manifestações da linguagem enquanto estrutura, o que ficará demonstrado no primeiro capítulo desta pesquisa.

Neste estágio, buscamos entender o percurso intelectual do autor que perseguia os pilares do *senso comum* e do raciocínio *tautológico*. Barthes nos conduz por um processo que tenta explicar como o *estereótipo* é constituído e de que maneira é cristalizado por intermédio dos meios de comunicação da época.

Chegamos à formatação do *mito* – entendido como uma reapresentação intencional de uma fala – representada de maneira *natural*, desprovida de contextualização histórica e mascarada de suas intencionalidades ideológicas ou políticas. Descrevemos os *operadores retóricos do mito* – como a *omissão da história*, que naturaliza eventos históricos, ou a *tautologia*, que privilegia raciocínios redundantes.

Em outro momento da produção barthesiana, quando o autor empreita contra o que considera *linguagem autoritária*, observamos categorias que também podem ser

identificadas, como o *gregarismo de repetição* e a *autoridade de asserção* – condições de manifestação dos discursos estanques e estereotipados.

Nossa hipótese é a de que o discurso que contribui para a formatação do *senso comum*, e portanto pouco contestador, pode ser observável a partir destas características, inclusive na imprensa – que conforme descrito, possui elementos inerentes a sua produção que já conduzem a um cenário autoritário.

Para tanto, analisamos a cobertura jornalística dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* na semana dos dias 16 a 22 de novembro de 2013 – dias seguintes às prisões dos primeiros réus condenados na ação penal 470 – que ficou popularmente conhecida como “escândalo do mensalão”. Ambos os periódicos produziram 49 reportagens neste período – optamos aqui por restringir a análise ao gênero informativo.

O objetivo é verificar se é possível encontrar, ao menos nesta cobertura específica, exemplos dos *operadores retóricos do mito* ou constituintes da *linguagem autoritária*, descritos por Roland Barthes em parte de sua produção teórica.

Entendemos por melhor maneira de observar *vieses implícitos* na produção jornalística a proposta da *análise de enquadramento*, que busca aglutinar palavras, termos e expressões que demonstram eventuais intencionalidades do texto – como será melhor descrito no segundo capítulo. Adiante, passaremos à *análise descritiva* dos achados das reportagens, sucedida pela *análise interpretativa* deste material.

Observaremos se o resultado destas análises respondem às seguintes questões de estudo: a) como o conceito de linguagem autoritária pode ser aferido na cobertura jornalística sobre a prisão dos primeiros condenados na ação penal 470? b) qual a possibilidade de aproximação entre a crítica de Barthes à linguagem autoritária e a teoria do enquadramento? c) eventuais achados que coadunem com a chamada linguagem autoritária são específicas da cobertura analisada ou próprias do processo jornalístico comercial?

Ao final, o trabalho pretenderá verificar se há intencionalidades pouco evidenciadas na produção jornalística que contribuem para atestar o conceito de linguagem autoritária.

Breve síntese do caso

Para entendimento futuro deste estudo, defendemos ser necessária breve síntese do caso analisado – ainda que incorramos na inevitável característica das descrições,

que invariavelmente são calcadas em versões a respeito dos acontecimentos. Consideramos, no entanto, que a omissão deste resumo pode comprometer a compreensão do *corpus* em referências posteriores.

O “escândalo do mensalão”, assim batizado pela imprensa brasileira, teria sido um suposto esquema de pagamento pelo PT de propina a deputados federais dos partidos da coalizão partidária denominada “base aliada”, em troca de apoio político para dar sustentação ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em seu primeiro mandato (2003-2006).

As mesadas foram denunciadas pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) em junho de 2005. Para Miguel e Coutinho (2007), “entre os fatores que explicam a importância adquirida pela crise está a ação dos meios de comunicação de massa” (p. 12). Em estudo de Lima (2006), a cobertura para a crise política na época criou um enquadramento de “presunção de culpa” dos principais envolvidos no esquema.

Lula foi eleito na quarta eleição presencial que disputou, após o mandato de três presidentes do período democrático: Fernando Collor de Melo, hoje senador pelo PTB de Alagoas, Itamar Franco, e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que foi o primeiro a governar por dois mandatos, em função de emenda que viabilizou a reeleição de 1998.

A trajetória do sindicalista, iniciada nas lutas sindicais do fim da década de 1980, alcançou o ápice no momento em que o discurso do Partido dos Trabalhadores, afeito a posturas consideradas radicais por setores conservadores, abrandava parte de seus posicionamentos. Em 2002, na eleição da qual saiu vitorioso em segundo turno, contra o ex-ministro da Saúde, José Serra (PSDB), publicou a *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual tranquilizava a elite econômica e o mercado financeiro a respeito de sua postura na condução da política nacional.

O êxito na eleição majoritária não foi o mesmo na proporcional, na renovação do Congresso. O sindicalista chegava ao Planalto com uma modesta coligação formada por partidos pequenos – além do PT, compunham o grupo PV, PC do B, PMN, PCB e PL – partido do então vice-presidente José Alencar.

A bancada governista na Câmara dos Deputados possuía inicialmente 135 parlamentares, ou 26% das cadeiras, insuficiente para aprovar qualquer tipo de projeto de lei. Quando encerrou o primeiro mandato, a bancada “informal” havia subido para 254 deputados, ou 49% da Câmara, o que ainda assim não garantia êxito pleno na aprovação de todas as matérias. Basta lembrar que, em 2004, o governo não conseguiu

nem sequer eleger o presidente da Câmara, demonstrando significativa dificuldade em fazer alianças.

As denúncias sobre pagamento de propina para viabilizar as aprovações de projetos importantes para o governo foram feitas pelo deputado Roberto Jefferson à jornalista Renata LoPrete, da *Folha de S. Paulo*, no dia 6 de junho de 2005. Na reportagem, ele detalhava que parte dos deputados da base recebia mesadas e que o procedimento era bastante conhecido no Congresso. Quem operaria o esquema seria o empresário e publicitário mineiro Marcos Valério, cuja agência mantinha contratos com vários órgãos públicos. O sistema, contava Jefferson, era conhecido e engendrado pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, com aval do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

A entrevista de Jefferson foi antecedida por série de denúncias que envolviam o parlamentar. Ele era acusado de chefiar outro esquema de cobrança de propinas e de desvio de recursos de estatais, que havia culminado na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar fraudes nos Correios. As denúncias do “mensalão”, desta feita, passaram a ser apuradas também por esta comissão. Importante observar que, inicialmente, a popularidade do governo Lula não foi abalada com as graves acusações.

Segundo o *Datafolha*, em pesquisa veiculada no mês das denúncias, os eleitores que consideravam a gestão ótima ou boa era de 36%, 1% a mais que na aferição anterior.

O duelo de forças no Congresso ficou evidenciado e o governo conseguiu que o Parlamento abrisse uma outra CPI, junto com o Senado, para apurar eventual compra de votos na emenda que viabilizou a reeleição para cargos do Executivo – o que possibilitou a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 1998.

Rodrigues (2006) lembra que 19 deputados foram relacionados de alguma forma às denúncias, sendo 7 do PT, 4 do PP, 3 do PL (depois, PR), 2 do PTB, 2 do PFL (depois, DEM) e 1 do PMDB. Entre eles estavam o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e o deputado federal licenciado José Dirceu (PT-SP), que ocupava o ministério de Lula.

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar analisou a conduta dos colegas que permaneceram na Casa – alguns deles se licenciaram para evitar a cassação de seus mandatos, entre os quais José Genoíno (PT-SP), até então presidente nacional do PT. José Dirceu, que se afastou do primeiro escalão de Lula dez dias após as denúncias à

Folha, e Roberto Jefferson, delator do esquema, foram os únicos a perder os cargos e os direitos políticos pelo período de dez anos.

Após os julgamentos políticos, em março de 2006, o então procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, ofereceu denúncia inicialmente contra 40 pessoas, entre políticos, empresários, banqueiros e o publicitário acusado de operar o sistema. O documento de 136 páginas¹ deu origem à ação penal 470, que tramitou diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF) – a última instância da Justiça brasileira. Os réus – a maioria não ocupava mais cargos públicos – passaram então a questionar a adoção deste procedimento, apropriado, em tese, para aqueles que detêm foro privilegiado.

Seis anos se passaram entre o ajuizamento da ação e o julgamento, iniciado em agosto de 2012. Três eleições, sendo duas presidenciais e uma municipal, também ocorreram neste interstício – entre as quais o pleito de 2006, no qual Lula se reelegeu no ano seguinte às denúncias, com 60% dos votos válidos na disputa do segundo turno com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). O julgamento acabou perpassando outra eleição municipal, cujo destaque foi o retorno do PT à prefeitura da capital paulista.

O desfecho judicial do caso teve ampla cobertura da imprensa – revelando a até então discreta e distante rotina da Suprema Corte. Didaticamente, o processo pode ser dividido em duas partes, sendo elas o julgamento específico dos 34 réus e o julgamento dos recursos apresentados pelas defesas.

No total, a Corte realizou 69 sessões que duraram 300 horas, no maior processo da história do STF. Até então, o julgamento da ação penal referente às denúncias que culminaram no impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo era a maior. Para Araújo (2013), foi “um dos mais complexos julgamentos da história do País. Seguramente, o mais mediatizado, com todas as sessões transmitidas, em direto, pela televisão” (2013, p. 11)

Quando os recursos foram julgados, entre o fim de 2013 e o início de 2014, parte da composição do STF havia se alterado em função da aposentadoria de três ministros. A nova relação de magistrados foi essencial para que os embargos de oito réus fossem acatados, o que diminuiu as penas, inclusive do chamado núcleo político do mensalão –

¹ Disponível em http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_pdfs/INQ%202245%20-%20denuncia%20mensalao.pdf/view

como as do ex-ministro José Dirceu e dos ex-deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e José Genoíno.

O período em análise neste estudo, contudo, aborda apenas o relativo à prisão dos primeiros envolvidos no esquema antes do julgamento dos recursos. Por esse motivo, é mais oportuno detalhar as penas a que foram submetidos quando das primeiras sentenças, quando 37 pessoas foram julgadas, sendo 25 condenadas e 12 absolvidas.

No dia 15 de novembro de 2013, feriado da Proclamação da República, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, expediu doze mandados de prisão – entre os quais de personagens-chave no suposto esquema, como o ex-ministro José Dirceu e o ex-deputado federal José Genoíno.

A decisão da Corte não havia sido prenunciada por nenhum veículo de comunicação e, no geral, pegou a imprensa em um dia de redações esvaziadas e de pouco conteúdo informativo. Apesar disso, a data escolhida, a princípio, revela potencial simbólico de grande relevância, como a própria cobertura jornalística procurou demonstrar na ocasião.

CAPÍTULO 1 – BARTHES E A CRÍTICA À LINGUAGEM AUTORITÁRIA

Neste capítulo, pretendemos detalhar o plano teórico da análise. Para tanto, faremos uma apresentação das principais contribuições do semiólogo francês Roland Barthes (1915 – 1980) para a construção do que chamaremos de “crítica à linguagem autoritária” – que perpassa a natureza autoritária da linguagem e a sua apropriação, na forma de uma segunda fala (mitos), pelos meios de comunicação de massa.

1.1 - A seara de Roland Barthes

A vasta produção do semiólogo francês Roland Barthes só não chama tanta atenção quanto sua suposta não filiação a qualquer escola ou corrente teórica. Para Leyla Perrone-Moisés (2010), a principal tradutora do autor para o português do Brasil, até a categorização de “semiólogo” seria inadequada – opção que será justificada mais adiante.

Barthes foi um notável ensaísta do mundo contemporâneo, estudioso da linguagem verbal e visual, da publicidade, da moda, do cinema e da fotografia. Abordou comportamentos e costumes, sistemas políticos e relações humanas, tendo se notabilizado como um crítico não apenas observador, mas um *metacrítico*, que não se contentava com a reprodução dos mesmos discursos desvinculados da realidade histórica e da relação do indivíduo com as informações a ele destinadas.

A diversidade de temas abordados em seus escritos e, mais do que isso, a quantidade de referências a filiações teóricas diferentes, levaram a produção barthesiana a uma espécie de gênero inclassificável – não pela extravagância – pelo contrário, pela capacidade de incorporar tantas contribuições com sua produção *sui generis*, recepcionada depois pelo estruturalismo francês.

Perrone-Moisés sugere que a proposta teórica de Barthes é “mutante”, razão pela qual chamá-lo de semiólogo seria reduzir sua produção a uma fase específica – aquela na qual ele se dedicara a estudar os signos impregnados nas mensagens verbais e visuais.

Louis-Jean Calvet (1996) propõe três fases teóricas para a cronologia bibliográfica do autor francês: em um primeiro momento, influenciado pelo marxismo e pelo existencialismo; adiante, suas primeiras incursões pela linguística e, por fim, sua consolidação na semiologia e no estruturalismo.

A primeira fase teórica, presente em *O Grau Zero da Escritura*, situa o intelectual entre Karl Marx e Jean-Paul Sartre.

Conta Calvet que Barthes passara tempo no sanatório durante a Segunda Guerra Mundial, o que lhe causava certo desconforto por não ter presenciado o desenrolar e as consequências do conflito. Seria neste período de clausura que teria tido os primeiros contatos com a teoria marxista.

A novidade aqui é que o que se propõe é o estabelecimento de uma história das ideologias, “por meio de seus signos ou de suas máscaras” (1996, p. 34). Já se antevia o embrião daquela que, para efeito deste estudo, é a principal contribuição barthesiana: a guerra contra a *doxa*, o senso comum, o discurso dogmático ou tautológico.

É portanto esta caça às falsas evidências que constitui para nós a continuidade de Barthes, esta vontade de desvendar, aqui e ali, o compromisso histórico (quer dizer político) de qualquer discurso, que a linguagem apareça como seu material evidente. (CALVET, 1996, P. 20)

As máscaras da ideologia impregnada à linguagem seriam, na interpretação de Barthes, uma tentativa de “des-historicizar” a história. O estereótipo surgiria como algo espontâneo, desvinculado de qualquer contexto e inevitavelmente inquestionável, inescapável. Sobre a empreitada contra o senso comum, a abordaremos com maior profundidade mais adiante, em outro estágio da teoria barthesiana.

Ainda em *O Grau Zero da Escritura*, delineiam-se dois processos – um de ordem teórica e outro de ordem metodológica. O primeiro defende que a comunicação não se resume à intenção de comunicar (o que inicia os primeiros contatos com a linguística), mas a uma outra intenção, pela qual se manifesta a ideologia. O princípio de proposta metodológica postula que invariavelmente os discursos tomam a forma de outro discurso – o que ficará mais claro em uma das mais célebres obras de Barthes, *Mitologias*.

A adesão de Barthes à formulação de Marx para ideologia não foi suficiente para que se categorizasse o autor como marxista. A priori, se depreende que parte dos conceitos são apropriados para defender que “não existe literatura sem uma moral da linguagem”.

Neste ponto se evidencia a grande fixação de Barthes na literatura – ou na escritura (a linguagem da literatura) – talvez a única plataforma de estudo que acompanhou o autor em toda sua obra. Em *O Grau Zero*, o autor postula que há uma

realidade formal (moral e ética) que antecede a produção literária, que não depende da língua e nem do estilo.

Mais adiante, ficará mais amadurecido e claro que não existem linguagem e discurso fora do poder – embora em seus últimos textos, já considere que reside justamente na literatura o “malogro da língua”, ou a saída para o poder da linguagem.

Ainda em suas primeiras obras, incluía a escrita literária neste diálogo de ideologias. Basicamente, os discursos representariam necessariamente uma adesão ideológica – e estudar a linguagem seria ao mesmo tempo dissertar sobre os signos ideológicos.

A empreitada nesta obra é pelo *Neutro*, que se enquadraria em um destino utópico no qual se destituiria a linguagem de suas ideologias transpassadas. “A multiplicação das escrituras institui uma literatura nova porque esta somente inventa a sua linguagem para ser um projeto de linguagem: a literatura torna-se uma utopia da linguagem” (BARTHES, 2006, p. 224).

Leda Tenório da Motta (2011) detalha a associação que se faz nesta primeira fase da obra barthesiana com, além de Marx, Sartre. Como soou óbvio à época de sua publicação, *O Grau Zero* era uma clara associação com *Qu’est-ce que la littérature?*, de Sartre, escrita em 1948. Advém da produção sartreana a ideia de *consciência infeliz*, que seria o “perpétuo antagonismo com as forças conservadoras que mantêm o equilíbrio que o escritor pretende romper” (MOTTA, 2011, p. 76).

A fim de se livrar da *consciência infeliz*, segundo Barthes, o escritor teria de, portanto, buscar o *Neutro*, que nada tem a ver com a noção clássica de objetividade, verdade, ou até mesmo de neutralidade e equilíbrio. O *Neutro* é o estágio em que o escritor consegue se livrar das ideias pré-concebidas mais arraigadas, conceito que já no fim da sua produção teórica, em *Aula* (1980), fica mais decantado. É quando o autor se recusa a aprender e se propõe a desaprender, separar o que já absorveu das ideias novas e – sem utilizar propriamente estas palavras – se aproximar do *Neutro*.

O que importa dos conceitos principais de *O Grau Zero* para este trabalho é justamente a categorização da linguagem como um processo marcado pela história de ideologias, da qual o escritor só consegue se desvencilhar se aproximando do *Neutro*, do espaço virtual que existe entre a *doxa*, tão recusada por Barthes, e a linguagem antes de ser proferida – *O Grau Zero*. Até porque, como será retomado, para o autor, “assim que

ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua² entra a serviço de um poder” (1980, p. 14).

1.2 A criação de estereótipos – o mito

Seguindo ainda a separação possível proposta por Calvet para as fases teóricas de Barthes, encontramos-nos na primeira delas, na qual o autor combate as máscaras “linguageiras” embutidas nos discursos que nos chegam. É neste estágio que se encontra uma de suas mais conhecidas produções, *Mitologias*³, referência para estudos nas mais diversas áreas de conhecimento e aplicada a vários objetos de estudo da comunicação de massa.

A primeira parte do livro é composta por 54 artigos de fase profícua de contribuição jornalística. Na segunda, o autor teoriza sobre o conceito de *Mito*, o que para Calvet o insere em uma segunda fase de pensamento teórico, mas próximo da linguística (Saussure e Hjelmslev) que de Marx e Sartre.

Neste momento, Barthes exerce incisiva – embora breve – análise sobre os signos cotidianos e sobre como imagens, conceitos, produções podem ser reinterpretados. Mais do que isso, o mote para *Mitologias* é destituir formas consagradas de suas marcas ideológicas dadas como naturais, a fim de reaproximar estes signos do *Neutro*, ou ao menos para situar o leitor em um plano em que fato e história são reaproximados.

O ponto de partida desta reflexão era, as mais das vezes, um sentimento de impaciência frente ao “natural” com que a imprensa, a arte, o senso comum, mascaram continuamente uma realidade que, pelo fato de ser aquela em que vivemos, não deixa de ser por isso perfeitamente histórica: resumindo, sofria por ver a todo momento confundidas, nos relatos da nossa atualidade, Natureza e História. (BARTHES, 2001, p. 7)

² Barthes não possui uma definição diferente da estabelecida pela linguística entre língua e linguagem. A língua é operacionalização da linguagem, seu código.

³ Escrito entre 1952 e 1956 e publicado mensalmente na imprensa francesa, sobretudo na revista *Lettres Nouvelles*; a edição mais recente para o Brasil é de 2003

Os artigos escritos “ao sabor da atualidade” versavam sobre temas cotidianos, como a propaganda de sabão em pó, a representação dos romanos no cinema, o *telecatch* e a imagem de um escritor em férias.

A tônica deste percurso é a crítica à percepção pequeno-burguesa criada pelos efeitos destas representações, na maioria das vezes mediadas por algum meio de comunicação ou plataforma (cinema, teatro, rádio, jornal, fotografia, revista, etc)⁴. Por afinidade temática, detemo-nos a seguir ao artigo *Fotogenia Eleitoral* (2001, p. 102), em que aborda a representação dos candidatos em campanha em fotos do “prospecto eleitoral” – o popular *santinho*.

Barthes nos lembra que o que importa neste material são muito menos as propostas do concorrente ou suas motivações políticas, mas “todas as circunstâncias familiares, mentais e até eróticas, todo um estilo de vida de que ele é, simultaneamente, o produto, o exemplo, e a isca” (2001, p. 103).

O texto discorre então sobre a iconografia do candidato em campanha visual, com o semblante penetrante e etéreo, representando a figura do intelectual ou do homem aguerrido. Ao que parece, era costumeiro na França da década de 50 fotografar candidatos com suas famílias – e o artigo zomba desta tendência, acompanhada da até hoje “manga arregaçada”, um símbolo clássico do bom trabalhador com iniciativa e destemor. O candidato em campanha, nos diz Barthes, suplanta guerras e traições, foca o olhar uma luz inatingível, como se Deus fosse.

Percebe-se a nítida tentativa de desmitificar a figura do candidato, imposta como ícone da idoneidade e da limpidez de caráter. A fotogenia do candidatoseria, por associação, a eugenia da política – quem nos é retratado é o ser mais puro entre todos os outros para receber o voto.

Motta (2011, p. 148) destina atenção para o artigo *O Strip-Tease*. Nele, o autor lança luz no fato de que o gesto de tirar a roupa é muito mais sexualizado que a própria mulher nua. O mito aqui naturaliza a mulher vestida e desnaturaliza a mulher sem roupas – em uma verdadeira inversão comercial (o *strip-tease* é pago) – como se todos

⁴ Em artigo sobre a revista *Elle*, por exemplo, (p. 77), se detém a falar sobre a representação de espécie de culinária-ostentação, com pratos sabidamente desconectados da rotina popular – público alvo da revista. A ideia aqui é fantasiar alimentos sublimes, impossíveis, míticos, diferentemente da revista *Express*, voltada para as classes mais altas, com pratos muito mais possíveis.

tivéssemos nascido vestidos. O assunto é retomado com maior propriedade em *O Sistema da Moda*⁵.

As *Mitologias* são insistentes demarcações de espaço entre a linguagem em estado *Neutro* e seus discursos impregnados de estereótipos. Traduzem certa impaciência com a naturalização de preconceitos, com a imposição de gostos e comportamentos e com a aceitação de pressupostos indefectíveis.

O *Escritor em Férias* é emblemático neste sentido. A imagem de um escritor de férias em uma cidade paradisíaca, lendo (como não poderia deixar de ser), reflete, para Barthes, um jogo de sensações enganoso. O primeiro engodo insere o escritor entre os demais proletários, com direito a férias. Ocorre que o fato de estar lendo promove espécie de endeusamento do personagem, porque ele, em tese, não consegue se desvencilhar de seu labor. O falso trabalhador (que não cumpre horário e nem deve obrigações) é representado como um legítimo funcionário. No entanto, por estar lendo e preparando a próxima obra, se torna também um falso veranista. “Os detalhes da vida cotidiana não só não aproximam nem esclarecem a natureza de sua inspiração, mas, pelo contrário, é a singularidade mítica da sua condição que o escritor acusa nessas circunstâncias” (2001, p. 25).

Calvet observa que há uma espécie de evolução cronológica dos artigos no que diz respeito à empreitada contra as representações pequeno-burguesas. Se inicialmente a briga contra os estereótipos que reafirmam visões despreocupadas com a contextualização histórica é sutil, nos textos do final da seleção se tornam mais evidentes.

Barthes aponta em dado momento que a pequena-burguesia tem “predileção pelos raciocínios tautológicos” (2001, p. 127). Abbagnano (1998) define a tautologia como “um discurso (em especial, uma definição) vicioso porquanto inútil, visto repetir na consequência, no predicado ou no *definiens* o conceito já contido no primeiro membro” (1998, p. 955). Basicamente, é o raciocínio redundante, que não constrói, muito próprio ao senso comum.

A “predileção pelos raciocínios tautológicos” contribuirá para a análise a que se pretende este estudo.

⁵ Na obra, Barthes dá conteúdo semântico para o vestuário feminino, associando o discurso verbal e o sistema da moda. A edição brasileira mais recente é de 1999.

É em *O Mito Hoje* que o autor procura sistematizar as principais afirmações contidas nas dezenas de artigos, novamente dividido em duas etapas bem claras. Na primeira, define o mito como sistema semiológico.

Barthes propõe que a *mitologia* é um fragmento da semiologia saussureana. Pontua, contudo, que o problema da significação é concomitante e até anterior às postulações de Saussure – era importado, por exemplo, da psicanálise e do próprio estruturalismo.

O *mito* é uma estrutura *sui generis* porque, na avaliação barthesiana, é um sistema semiológico *segundo*, que nos é sempre e necessariamente rerepresentado. Se antes o que havia eram as terminologias estanques de *significante*, *significado* e *signo*, agora o que há são estas mesmas categorias, rerepresentadas.

No caso da *língua*, enquanto código, *significante* e *significado* compõem o *signo*. O plano dos significantes são os planos de expressão (a palavra, por exemplo) e o *significado* é o plano dos conteúdos (as referências a que as palavras nos conduzem). Há ainda a conceituação de *função-signo*, que são os elementos cotidianos que, além de significar, servem para alguma coisa, que para Barthes, têm valor antropológico (1979, p. 45).

Ao aderir a esta mesma categorização no plano dos mitos, o autor pontua que estes se enquadram em dois sistemas semiológicos distintos. Um, do ponto de vista *linguístico*, no qual há significantes e significados, e outro do ponto de vista mitológico, que, após a representação de significantes e significados, nos conduz um novo signo.

Língua	1. Significante	2. Significado	
Mito	3. Signo		
	I. SIGNIFICANTE		II. SIGNIFICADO
III. SIGNO			

Quadro 1 – Sistemas semiológicos do mito (BARTHES, 2001, p. 137)

Interessa mais neste momento, contudo, não a categorização sistêmica do mito, conforme descrito no quadro acima, mas definições teóricas para sua representação na linguagem verbal, também presentes em *O Mito Hoje*.

Barthes explica que o mito é “uma fala despolitizada” (2001, p. 162). “Naturalmente é necessário entender: política no sentido profundo, como conjunto de relações humanas na sua estrutura real, social, no seu poder de construção do mundo”

(2001, p. 163). Na medida em que os eventos cotidianos são desvinculados de seu contexto histórico ou do jogo de versões peculiares aos fatos sociais – como usualmente são representadas na imprensa, por exemplo – perdem o significado original e passam a servir como um novo conceito, “purificado”, “irreal”. O mito decanta as aparências da essência, e o que se transforma em discurso é apenas a superfície, e, podemos assim depreender, o discurso superficial é a principal característica do mito.

Embora não tenha proposto nenhum modelo metodológico para reconhecimento do mito na linguagem, apresenta sete características essenciais para este estudo, e que serão identificadas ainda não expressamente como categorias na análise a que nos propusemos. Estas características fazem parte da “retórica” do mito, como ferramentas que instrumentalizam o discurso superficial e autoritário.

Estes operadores funcionam como “essências” e “balanças”. Estas últimas criam compensações entre causas e efeitos, que acomodam e fragilizam o ideal contestador. As essências podem ser definidas como os raciocínios que relativizam a razão em nome de um discurso pronto, superficial.

A primeira categoria é chamada de *vacina*. Consiste em camuflar as verdadeiras causas dos acontecimentos admitindo um mal menor.

A *omissão da história* é outra característica do mito, muito própria da cobertura instantânea dos meios de comunicação de massa. Sem tempo (e interesse) para contextualizações, os fatos nos são apresentados de forma acrítica e isolados dos eventos que os antecederam.

Barthes compara a presença da história no mito como uma “empregada ideal”, que discretamente faz o seu serviço (o discurso) e sai de casa sem ser notada. “Este evaporar milagroso da história constitui outra forma de um conceito comum à maioria dos mitos burgueses: a irresponsabilidade do homem” (2001, p. 171).

Essa distorção opera na verdade como uma *mentira*, não no sentido de contrário da “verdade”, como observa Calvet, mas como “a verdade de uma certa ideologia” (2007, p. 43). Ao cindir o processo histórico dos eventos cotidianos, processo muito próprio da comunicação mediada, cria-se uma percepção autônoma dos fatos. Ora, se não se descrevem as razões pelas quais atingimos determinado estado de coisas, nada mais natural que a percepção de que determinado acontecimento é espontâneo. Esta

noção cria silogismos, comparações superficiais e outros elementos das ideias pré-concebidas⁶.

A omissão da história não faz do mito uma versão mentirosa do signo cotidiano, mas uma versão verdadeira – e é esta a notoriedade deste tópico.

Há uma certa impaciência do crítico em relação à maneira como a indústria cultural traveste a realidade, dando por natural o que é histórico. Deslizamento que está no cerne mesmo da falsa consciência, tal como entende a tradição filosófica, principalmente alemã, desde Marx. (BARTHES, 2011, p. 140)

Curioso destacar o aparecimento aqui da “indústria cultural”. Motta observa que Barthes subverte a prática de estabelecer críticas apenas para produtos “nobres”, ligados à alta cultura, para se aventurar por uma seara explorada pouco, inclusive com certo preconceito: o cinema, a publicidade, o *kitsch*, a imprensa, a moda – as marcas do mundo do consumo, tão intimamente ligado à *omissão da história*, descrita até este momento.

O terceiro elemento é a *identificação*. Barthes indica que o pequeno-burguês é incapaz de perceber a presença do outro. Neste momento, cita Marx, em *18 Brumário*, de 1852, no qual postula que a principal característica da pequena-burguesia é não conseguir traçar sua consciência para horizontes que não fazem parte do que esta classe identifica como projeto de vida. Também menciona Gorki, para quem “o pequeno-burguês é o homem que se preferiu”.

A representação máxima deste fenômeno é a relação entre a sociedade e a Justiça. Como a ignorância proposital da existência do outro é um de seus principais “atributos”, o cidadão enxerga nos tribunais não o juiz e o condenado, mas a si próprio. É por isso que julgamentos chamam tanto a atenção, porque quem está em cena não são juiz, réu e vítima, mas os “espectadores”, a claqué. “O outro é transformado em puro objeto, espetáculo, marionete: relegado para os confins da humanidade” (2001, p. 172).

A *identificação* também é eficaz na análise da representação de minorias sociais. Na dúvida sobre como é a forma devida de explorá-las, mas ao mesmo tempo sabedoras

⁶ O exemplo mais marcante da *omissão da história* em *O Mito Hoje* e a capa da revista *Paris Match*, em que um jovem negro aparece na capa, em saudação militar. “A imagem que se apresenta é rica, espontânea, inocente, indiscutível” (2007, p. 140). Em tese, ceta a paz entre o colonialismo francês e as colônias, em um novo e redimido modelo de imperialismo.

de que não podem ignorá-las, as manifestações míticas as descrevem com *exotismo* e de forma pitoresca. Desta forma, o negro e o russo (minorias no contexto francês quando da escrita de *Mitologias*), são sempre apresentados como seres exóticos, não-nativos, dotados de características e identidades inusuais, usualmente estereotipadas e, principalmente, diferentes dos demais representantes da vida social.

A *tautologia*, já abordada aqui, é a quarta categoria retórica do mito burguês. Define-se como o discurso redundante, que explica sem explicar, define por meio das mesmas definições e sustenta o senso comum.

Bom exemplo é o pai, sem paciência, que diante da relutante postura do filho em querer saber a razão de algo ou por que não pode fazer determinada coisa, responde “porque sim”, ou “porque eu quero”. O raciocínio tautológico, na lógica barthesiana (aqui emprestada de defesas de Sartre em *Esboço de uma Teoria das Emoções*), é a morte da linguagem.

Opera como o temor de quem não consegue justificar algo, por falta de argumentos ou consistência, e que para isso apela para asserções inquestionáveis por não abrir margem a contestações. Frases cotidianas de pseudo-engajamento político poderiam expressar o raciocínio tautológico, que generaliza a conduta dos agentes públicos, nega os direitos democráticos e se embasa, inclusive, na auto-exclusão democrática (o voto nulo, por exemplo).

O “impasse tautológico” é que o discurso inaugura de fato um raciocínio, o que engana a audiência mais desavisada antes de abandoná-lo. Em outras palavras, a tautologia explica sem explicar – mas dependendo da eficiência da construção, torna incapaz a percepção de em que momento ocorre a migração da racionalidade frágil para a redundância ou o clichê.

O *ninismo* é o quinto operador retórico do mito. Trata-se de um neologismo que explica a operação “nem-nem”, ou seja, “nem isso, nem aquilo”. Barthes sugere este elemento como um bom método de análise da astrologia – que impõe eventos inescapáveis (“o dia será assim”) e apresenta logo em seguida uma compensação (“mas não será de todo ruim”). Em outras palavras, “o dia não será bom, nem ruim”.

A equivalência de opostos sem adesão a nenhum deles cria uma espécie de conforto de ordem “espiritual” (no caso da astrologia) e de conforto “social”, em outras representações de signos cotidianos. Embora se desconheçam análises jornalísticas que tenham se valido essencialmente deste operador, observa-se a presença constante do *ninismo* no encadeamento das notícias em telejornais diários – normalmente com fatos

densos e contraídos no início e frívolos ou descontraídos no fim. Na base desta estratégia está o *nem-nem*, nem triste, nem feliz, nem bom, nem ruim, nem trágico, nem cômico.

O mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições (...). As coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. (BARTHES, 2001, p. 164)

Assim como o recurso *tautológico*, o *ninismo* é um mecanismo de fuga – talvez também provocado pela *rejeição da história*. Sem capacidade temporal ou ideológica a aderir a algum contexto histórico ou a alguma justificativa racional, é sempre mais fácil e persuasivo optar por fugir desta complexidade por meio de falsos raciocínios (como a redundância ou o ninismo). Nestas duas categorias, o autor explora fortemente as características do signo publicitário⁷, não atinente a princípio aos objetivos deste estudo.

A *quantificação da qualidade* é o sexto operador retórico do mito e, para Barthes, perpassa todos os outros. Em síntese, trata-se da redução de qualquer evento/acontecimento a seus números e impactos quantitativos. Elucida com veemência a predileção do homem contemporâneo pelos efeitos materiais das atividades sociais.

Barthes é um metacrítico – há inclusive, para Calvet, uma fase específica de sua produção na qual dedicou estudos exclusivamente para analisar a postura da crítica, sobretudo a cultural, o que lhe rendeu aclamação e desavenças. Na explicação sobre a *quantificação da qualidade*, dá pistas sobre esta tendência teórica.

Para o autor, a crítica dramática na França da época (1954-1956) julgava pedante qualquer tentativa de argumentação sobre peças teatrais a partir da ciência. Por ser dotada de uma linguagem própria e essencialmente subjetiva, seria impossível criticá-la sobre qualquer ponto de vista. O autor considera esta asserção um mito autoritário, que renega as potencialidades da crítica amparada em um pré-conceito de que manifestações autorais e atorais seriam desprovidas de elementos que asqualificariam a ser criticadas.

⁷Barthes observa no ensaio *Sociedade, Imaginação e Publicidade*, de 1968, que o que intriga na publicidade é sua recorrência contra o bom gosto e a inteligência e seu “pacto” com o capitalismo. Para ser eficaz nestas duas características, se vale de recursos pouco complexos. Disponível em Imagem e Moda (2005)

Em contrapartida, a representação das mesmas peças teatrais não hesita em quantificar as qualidades da apresentação, como os cenários suntuosos, os preços dos ingressos ou até mesmo os cachês dos autores.

A cobertura do julgamento do “mensalão” – como a cobertura de um sem número de fatos – por muitas vezes se deteve a quantificar qualidades. As penas para crimes poucos descritos ganharam importância protagonista, porque o que importa para o mito burguês é a redução do evento aos números dele resultantes, porque “o mito faz economias de inteligência” (2001, p. 1975).

A *constatação* é o sétimo e último tópico descrito como operador retórico do mito, embora Barthes considere que possa haver muitos outros, em adição ou substituição aos que estão dados. Tem-se como exemplo desta categoria o provérbio, a frase feita. Estes raciocínios não são errados ou falaciosos, mas estão muito ligados às experiências, ao senso comum, à recorrência dos eventos, que cria generalizações nunca testadas cientificamente.

Todos os nossos provérbios populares representam mais uma fala ativa, que pouco a pouco se solidificou em fala reflexiva, mas de uma reflexão diminuída, reduzida a uma constatação, e, de algum modo tímida, ligada o mais possível ao empirismo (BARTHES, 2001, p. 174).

Em toda *constatação* (não no sentido próprio, denotativo, mas na acepção barthesiana), reside uma generalização fruto de uma ou mais experiências. Pode-se depreender que aparece em afirmações populares como “já vimos esse filme antes” ou “já sabemos como isso vai terminar”.

Essencialmente, o que está presente em todos esses operadores são reforços de ideias pré-concebidas e o afastamento do raciocínio científico em nome das afirmações dogmáticas. Tendo como objetivo do mito “a imobilização do mundo”, conforme concluído em *O Mito Hoje*, percebemos que estes sete operadores existem para fragilizar o discurso racional, criar alegorias e mentiras (verdades ideológicas) e acomodar os signos cotidianos como se fossem frutos de geração espontânea.

No capítulo dedicado à análise da cobertura da imprensa para as primeiras prisões dos envolvidos no mensalão, parte destes operadores será identificada nos dois tratamentos escolhidos, como categorias de identificação de termos jornalísticos e

emprestados das fontes utilizadas pela reportagem. Vem de Barthes o conselho de que a imprensa é um campo profícuo para esta identificação, afinal “a imprensa encarrega-se de demonstrar todos os dias que a reserva dos significantes míticos é inesgotável” (2001, p. 148).

Haveria então um perfil identificador do “autor” dos mitos? Para Barthes, há. Para além do consumidor pequeno-burguês, o que fica demonstrada é certa aptidão mítica pelos signos da direita. O mito na esquerda é ineficaz, versa sobre temas rígidos (o proletariado, as minorias, os oprimidos). “Estatisticamente, o mito localiza-se na direita. Aí, ele é essencial: bem alimentado, lustroso, expansivo, falador, inventa-se continuamente” (2001, p. 168).

Mito e estereótipo – objetos desta etapa, fazem parte do mesmo sistema, mas não são a mesma coisa. O estereótipo, como fica observado em outras obras não explicitamente, é o fundador do mito, sua sustentação.

Em *O Prazer do Texto* (1973), escrito em outro momento do pensamento do autor (quando a literatura ganhava ainda mais sua dedicação⁸), o estereótipo é definido como a “a palavra repetida, fora de toda magia, de todo entusiasmo, como se fosse natural, como se por milagre essa palavra que retorna fosse a cada vez adequada por razões diferentes” (2004, p. 52). Como fica evidenciado nos artigos de *Mitologias*, em muitos dos signos contemporâneos há repetições que agregam conceitos. Portanto, podemos inferir que o estereótipo (a repetição) é condição *sinequa non* para o estabelecimento do mito.

O que mais intriga nas formulações estereotipadas, aponta o autor, é justamente sua capacidade de versar também sobre eventos novos, recentes. Desta forma, assim como os *mitos*, os estereótipos também usam *máscaras*. São velhas percepções na forma de termos, gestos e comportamentos novos, como se novos fossem. “O novo é o estereótipo da novidade. Toda linguagem antiga é imediatamente comprometida, e toda linguagem se torna antiga desde que é repetida” (2004, p. 50).

Em seu discurso mais célebre, traduzido no Brasil em *Aula* (1977), Barthes volta falar neste “monstro” que reside em toda linguagem: o estereótipo – aqui definido como seu principal operador, o *gregarismo de repetição*, que será detalhado mais adiante.

⁸ O dilema aqui é a separação entre o *prazer do texto* e o *texto de fruição* – este último seria o texto precoce, imaturo, em porções, que causa prazer instantâneo, mas que não tem serventia após rápido e vazio momento de contentamento

Leyla Perrone-Moisés observa no posfácio de *Aula* (2007) que esta empreitada contra a morte da linguagem – a sua repetição sistemática – acompanhou toda a teoria barthesiana.

Combater os estereótipos é pois uma tarefa essencial, porque neles, sob o manto da naturalidade, a ideologia é veiculada, a inconsciência dos seres falantes com relação a suas verdadeiras condições de fala (de vida) é perpetuada. (2007, p. 58)

Em *Roland Barthes por Roland Barthes* (2003), experiência crítica sobre autobiografias, o semiólogo volta a se insurgir contra a *Doxa*. Na verdade, aponta a opinião pública e o consenso como algo que “difunde e gruda”, a fim de exercer certa “dominância legal” (2007, p. 107).

É notório que a preocupação sobre os rumos da “opinião pública” não se restringiu apenas ao que Barthes pensava em meados do século passado sobre a fabricação do consenso. Os estudos da comunicação de massa são profícuos em oferecer descrições aprofundadas a respeito do tema. Lippmann (2007), 30 anos antes de Barthes, estuda o assunto e aponta a existência de *imagens mentais* que fabricam sentidos comuns (o *consenso*).

Ocorre que em Barthes estas *imagens mentais* não são apenas manipuladas pelos operadores dos grandes meios, mas são características inesgotáveis da linguagem e da própria língua⁹.

Retomando a diacronia proposta por Calvet (2007, p 17) para identificar as fases teóricas da teoria barthesiana, podemos considerar minimamente explorado primeiro estágio desta produção, na qual, para o autor de *Roland Barthes – Um olhar político sobre o signo*, o semiólogo se situa entre Marx (por sua insurgência contra as máscaras do sistema capitalista) e Sartre (por sua insistência em identificar as manifestações do discurso neutro). No segundo estágio, Barthes adere fortemente à semiologia e, para Calvet, passa a situar entre Saussure e Hjelmslev.

Mitologias está presente nas duas fases. Os capítulos estão próximos da crítica social, a partir dos reflexos dos signos cotidianos nos meios de comunicação de massa. Sobre isso, Motta identifica que Barthes se antecipou ao encontrar nos pequenos

⁹ Em *Aula*, diz que não consegue imaginar nenhuma reação séria sendo proferida em francês e aponta a impossibilidade do *Neutro* na língua francesa (assim como no português) – em que é praticamente obrigatório iniciar frases a partir do *sujeito* e usualmente imposto pelo gênero (*ela, ele, etc.*) – obrigatoriedade suprimida no inglês (*it*).

exemplos diários de representação da mídia um campo fértil de exemplos para a crítica da fabricação do consenso.

1.3 A crítica à imprensa – os faits-divers¹⁰

Como já pontuado, a imprensa fornece, para Barthes, exemplos diários das manifestações do *mito* e do *estereótipo* – que se busca identificar em um caso específico de cobertura midiática.

Especificamente sobre a produção jornalística, o autor sistematiza a ocorrência dos *faits-divers* – que são os relatos não ligados a editoriais específicas e convencionais (política, mundo, cultura, etc.), mas que são noticiados devido a seu grau de excentricidade ou pela “audiência” que podem repercutir.

Em *Estrutura da Notícia* (1999), ele os define como “o refugo desorganizado das notícias informes” (1999, p. 57). Seria uma informação “monstruosa” e, nunca é excesso lembrar, os monstros são os estereótipos.

Mesmo nas notícias “convencionais”, não categorizadas como *faits-divers*, há exemplos de notícias periféricas que envolvem os principais atores do fato.

Especificamente quando do surgimento das primeiras denúncias do “mensalão”, por exemplo, o delator – deputado federal Roberto Jefferson – sofreu um acidente doméstico – uma estante caiu em cima dele a poucos dias de um de seus depoimentos à comissão de inquérito. O caso, o olho roxo, e as circunstâncias do acidente¹¹ roubaram as atenções das enfadonhas oitivas transmitidas ao vivo do Congresso Nacional. O parlamentar também se notabilizava pelas frases de efeito e pela gesticulação peculiar (“vossa excelência provoca em mim os instintos mais primitivos”, disse certa vez¹² ao ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu).

Quando do julgamento do mensalão, em 2012, as divergências extra-jurídicas entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também ganhavam notoriedade na medida em que o processo avançava. As filas de pessoas interessadas em assistir aos

¹⁰ Fatos diversos em tradução livre, não possui uma terminologia específica para o português. São os fatos em tese não noticiáveis por não haver interesse público, mas que chamam a atenção pela excentricidade. Goulart (2006) traduz como “casos do dia” (2006, p. 145)

¹¹ Repositório de vídeos da GloboNews no portal G1 traz importante depoimentos de envolvidos no escândalo com o seguinte título: “Roberto Jefferson depõe na CPI dos Correios com o olho roxo”. Disponível em <http://globoTV.globo.com/globonews/globonews/v/roberto-jefferson-depoe-na-cpi-dos-correios-com-olho-roxo/2054577/>

¹² Em depoimento do ex-ministro e deputado federal José Dirceu à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=-ltOPtAx_c

julgamentos, as interrupções das sessões causadas por desentendimentos entre os magistrados.

Na prisão dos primeiros envolvidos, em novembro de 2013, optou-se por uma cobertura mais sóbria dos acontecimentos, talvez pela sua imprevisibilidade (os mandados foram cumpridos no feriado da Proclamação da República, em dia de baixa frequência nas redações). Mesmo assim, houve espaço para fatos de noticiabilidade reduzida, como será explicitado no capítulo dedicado à análise das reportagens.

Para Barthes, o *fait-divers* é imanente, “contém em si todo o seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir um *fait-divers*” (1999, p. 59).

Esta modalidade de texto jornalístico desconhece o contexto, *omite a história*, parafraseando um dos operadores retóricos do *mito*. O *fait-divers* aparece em dois tipos predominantes. O primeiro deles é dotado de *causalidade*. São os casos noticiados pela imprensa e dotados de certa previsibilidade (como pequenas ocorrências policiais) – mas que para se tornar noticiáveis – e portanto inéditos, interessantes – têm como destaque os discretos acontecimentos periféricos do fato e para as pessoas que “vivificam o estereótipo”. É a *dramatis personae*, personagem de pequenos fatos cotidianos dramatizados pela cobertura jornalística.

Barthes traz como exemplo os rotineiros crimes passionais, que no geral são iguais em suas características principais. O que os torna mais noticiáveis, contudo, são as relações em tese menos importantes (as características do casal, as circunstâncias que antecederam o crime, etc). Quando o personagem principal da história é pouco usual, a *causalidade* se torna ainda mais presente (como um crime cometido por uma idosa, por exemplo).

Esta característica do *fait-divers*, novamente, sustenta estereótipos. Aglutina fatos corriqueiros como se fossem esdrúxulos – o que pode provocar, ainda no exemplo do crime, aumento da sensação de insegurança ou frases pouco expressivas, como “o mundo está perdido”. “Não há *fait-divers* sem espanto” (1970, p.61), observa Barthes.

Paradoxalmente, a *causalidade* é mais noticiável na medida em que é menos explicada. Neste sentido, pequenas contradições presentes nos signos cotidianos obtêm maior atenção quando estão afastadas de seu percurso natural. Supondo um crime passionais envolvendo um casal que aparentemente se dava bem. Este é o cenário fértil para obtenção do *fait-divers* de causalidade, porque a causa está ainda menos aparente, intriga, “é mais notável quanto mais é decepcionada” (1970, p. 61).

Todos esses paradoxos da causalidade têm um duplo sentido; por um lado, a ideia de causalidade sai deles reforçada, já que se constata que a causa está em toda parte: com isso, o *fait-divers* nos diz que o homem está sempre ligado a outra coisa, que a natureza é cheia de ecos, de relações de movimentos (...) toda causalidade é suspeita de acaso. (BARTHES, 1999, p. 63)

O segundo tipo de relação que articula a estrutura do *fait-divers* é a de *coincidência*, dividida em outros dois conceitos. A coincidência de repetição é a veiculação de um acontecimento que já ocorreu de forma semelhante outras vezes, por menos relevante que tenha sido. A propósito, a irrelevância dos fatos corriqueiros é um dos pilares dos fatos diversos.

Neste caso específico, se propõe como exemplo um estabelecimento comercial que fora assaltado várias vezes na mesma semana. Necessário supor que, fossem assaltos a três comércios distintos, muito provavelmente não seriam noticiados. O fato de ter ocorrido no mesmo local, por mais que o impacto social desta notícia seja questionável, gabarita este acontecimento para uma nova condição de noticiabilidade.

Lage (2004) é um dos autores brasileiros que lembra este fenômeno e que também categoriza o *fait-divers* como estrutura autônoma, “imanente”, como diria Barthes. “Enquanto a informação depende, para ser avaliada ou compreendida, de uma situação (política, econômica ou artística), o *fait-divers* interessa por si mesmo” (2004, p. 46).

A outra relação de *coincidência* é a que aproxima dois conteúdos em tese distantes. São os pequenos eventos pitorescos do cotidiano, porém improváveis em função da carga simbólica presente em seus elementos, qualitativamente afastados. Seria o caso da “mulher que põe em fuga quatro gângsteres” ou dos “pescadores que pescam uma vaca” (1999, p. 64).

Percebe-se que o *fait-divers* promove uma ocorrência pitoresca, porém inexpressiva, anódina, em um evento com condições de ser noticiado. Desta forma, alimenta estereótipos duas vezes: primeiro, ao considerar que o fato não poderia ter ocorrido por natureza (a mulher jamais poderia por para correr quatro gângsteres). Segundo, ao postular no subtexto que dois conteúdos menos afastados qualitativamente não merecem ser noticiados (como um duelo de gângsteres ou algo mais previsível).

A análise de Barthes termina atestando que o *fait-divers* tem uma função histórica. Considerando-o “a arte da massa”, preservaria na sociedade contemporânea a dialética entre o racional e o irracional, entre o possível e o impossível, entre o inteligível e o insondável. “E essa ambiguidade é historicamente necessária, na medida em que homem precisa ainda de signos (o que o tranquiliza), mas também na medida em que esses signos são de conteúdo incerto (o que o irresponsabiliza)” (1999, p. 67).

Os pequenos acontecimentos que tomam lugar dos eventos que efetivamente poderiam ter impacto social de alguma forma saciam certo desejo humano pela significação, pela informação. Ao mesmo tempo em que estas ocorrências se demonstram frívolas ou inexplicáveis, afastam o consumidor da notícia de sua causalidade – o exime das responsabilidades advindas do fato. O cidadão estaria, ao mesmo tempo, “informado” e livre, quase que como na expressão proferida por tantas vezes: “não tenho nada a ver com isso”.

Não seria a primeira (tampouco a última) vez em que Barthes criticaria a imprensa e os fatos noticiáveis. Em *Crítica e Verdade*, aliás, o autor se notabiliza muito mais pela teorização de um novo modelo crítico (sobretudo a crítica das artes) do que pela análise do jornalismo (ao qual é dedicado um capítulo – sobre o *fait-divers*). É nos estudos metacríticos, a propósito, que o autor encontra uma de suas maiores desavenças teóricas que percorreram sua trajetória¹³.

É possível dizer ainda que, em alguns curtos ensaios, o autor dialogou com as *políticas de comunicação*, ou ao menos com a conhecida apropriação dos meios de comunicação pelos Estados, sabedores do potencial capilarizador das manifestações midiáticas de maneira massificada.

O Estado até aceita largar a Universidade, desinteressar-se dela, concedê-la aos comunistas e aos contestatários, pois ele sabe muito bem que não é aí que se faz cultura conquistadora; mas, por nada neste mundo ele abrirá mão da televisão e do rádio. (1988, p. 109)

¹³ Raymond Picard (1917-1975) foi expoente desta querela, ao escrever “Nouvelle critique ou nouvelle imposture?” (Nova crítica ou nova fraude?), no qual acusa Barthes de subjetivismos na categorização do autor para história e literatura, a partir dos estudos da obra de Jean Racine (1639 – 1699) (*Sobre Racine*, 1963).

No próximo item, verificaremos, a partir de uma das principais propostas teóricas de Barthes, como a característica agregadora da linguagem produz asserções (e interpretações) autoritárias ou resignadas, que contribuem para o estabelecimento de mitos e estereótipos.

1.4 – Aula - A síntese das ideias

Roland Barthes é um teórico do poder – sobretudo do poder obtuso, manifestado em outros mecanismos de intercâmbio social, além daqueles conhecidos, como o Parlamento, o debate, as eleições. O autor discute, aliás, as manifestações do poder antes de sua encarnação na manifestação política.

Um de seus textos mais célebres, proferido assim que entrou no College de France, em 1977¹⁴, foi publicado em *Aula*, já citado neste capítulo, e agora mais detidamente analisado. Neste percurso – na verdade um discurso literal, proferido na aula inaugural da disciplina de teoria literária – o autor sintetiza boa parte das defesas que fizera ao longo de seus estudos, que embora entremeados por manifestações nem sempre coerentes do ponto de vista da filiação teórica (marxismo, estruturalismo, semiologia, etc), foram permeados essencialmente pela defesa do papel do autor no ofício literário (não pertinente ao nosso objeto de estudo) e pela busca incessante pelas máscaras do discurso que resultam em estereótipos – as quais discutimos aqui.

Em *Aula*, Barthes aborda estes dois componentes: o poder da literatura e a linguagem que se submete a um poder. Em dado momento, os dois conceitos serão complementares – apenas na literatura, dirá o autor, encontramos a saída para a linguagem autoritária, que por sua vez, se mostra “fascista” desde o instante em que proferida.

Inicialmente, o que se postula é que a linguagem e o seu *código* – a língua – carregam elementos de manifestação de poder a todo o tempo. É como se toda a produção barthesiana fosse agora revisitada em alguns minutos, pelos ouvintes da aula magna que inauguraria seu curso no College de France, traduzida com relativa dificuldade, como conta Leyla Perrone-Moisés¹⁵.

¹⁴ Três anos antes de sua morte, em acidente de trânsito ocorrido a poucas ruas da universidade.

¹⁵ No posfácio de *Aula*, a autora relata que Barthes possui estilo marcado por parágrafos longos e uma pontuação nem sempre convencional, como que conversasse com o leitor. Em *Aula* esta característica fica mais marcante, por se tratar de um discurso falado.

Na linguagem, para Barthes, dois elementos necessariamente se delineiam: a autoridade da asserção e o gregarismo de repetição. Ambos sugerem conhecimento da produção anterior do autor para se aproximar de sua acepção correta. Afinal, como observa Calvet, desde *O Grau Zero da Escritura* nos são apresentados elementos que atestam a dualidade dos fenômenos linguísticos, dotados necessariamente de um significado aparente e de outros tantos encontrados apenas no subtexto. Em *Mitologias*, observou que as coisas significam duas vezes, porque

Se repetem a dois níveis diferentes. Ao nível do objeto descrito, em primeiro lugar, isto é, ao nível da sociedade: a acumulação destas mitologias dá testemunhos de fatos redundantes, definitórios da sociedade. Ao nível do descritor em seguida, do seu projeto: a repetição é tanto de acontecimentos como de percepção (CALVET, 2007, p. 47).

O autor defende que o operador da linguagem, a *língua*, é necessariamente afirmativo. As construções linguísticas que propomos diariamente são assertivas, afinal, “a negação, a dúvida, a possibilidade, a suspensão do julgamento requerem operadores particulares que são eles próprios retomados em um jogo de máscaras languageiras” (2007, p. 14). Em outras palavras, o contraditório encontra pouco espaço em meio à vocação afirmativa da língua.

Mesmo as operações negativas encontram versões afirmativas. Há termos, na própria língua, que evitam construções que não sejam positivas. Em vez de dizer que alguém “não disse”, podemos dizer que este alguém “silenciou” – transformando uma não-afirmação em uma asserção. Nesta mesma lógica, é sempre melhor (e mais convincente) optarmos pelo verbo “negar” em vez de empregarmos “não confirmar”. O que Barthes afirma inicialmente é que a própria língua nos dá condições de evitar as negações e preferir as asserções – mesmo as negativas – que de certa forma alçam o enunciatário à condição de autoridade, que, portanto, é inquestionável, salvo com uma nova asserção.

O discurso estaria, portanto, impregnado de expressões languageiras muito mais próprias do *sim* que do *não*. Seríamos, portanto, utentes-involuntários de um código autoritário, porque “o fascismo não é impedir de dizer, mas obrigar a dizer” (2007, p. 14).

Aparentemente, o termo *fascista* aqui é empregado de forma provocativa – o que de certo causou efeito na época em que o discurso de *Aula* foi proferido. Ocorre que também fica clara a intenção do semiólogo em asseverar que a linguagem está a serviço de um poder, logo de início, porque o seu próprio código nasce com esta condição. Embora se dedique ao falar do francês, a analogia se estende às demais línguas latinas. Os códigos orientais, em momento anterior, também foram objeto de estudo de Barthes¹⁶.

Além da *autoridade de asserção*, o *gregarismo de repetição* seria o outro operador da linguagem autoritária. Por mais que soe óbvio, um signo só é compreendido se for re-conhecido. Só entendemos as manifestações da linguagem se por algum momento tivemos contato com o significado de cada elemento que é introduzido em nosso cotidiano. A linguagem é a responsável por carrear essas repetições ao nível máximo, ao ponto em que o máximo possível de pessoas consigam re-conhecer o que é dito. “Nunca posso falar senão recolhendo aquilo que se arrasta na língua” (2007, p. 15), observa.

Esta agregação de estereótipos é o que nos conduz, como já observado, às manifestações míticas dos signos cotidianos, tão essenciais para as representações da indústria cultural.

Em *O Prazer do Texto*, a identidade nociva da repetição era aventada – o estereótipo era definido como “a palavra repetida, fora de toda magia, de todo entusiasmo, como se fosse natural, como se por milagre essa palavra que retorna fosse a cada vez mais adequada por razões diferentes” (2004, p. 52)

A conclusão a que se chega vem por silogismo. Se a linguagem e seus operadores são compostos por recursos que lhe garantem a autoridade, existe somente poder dentro da língua. Seria preciso, portanto, subverter a própria língua para encontrar a liberdade de escolha e o espaço do contraditório.

Para Barthes, este espaço, o “malogro da língua”, é a literatura – seu principal objeto de estudo. Reside na escritura, no texto que convida para a subversão dos sentidos, a única forma de sair desta relação inescapável de poder e ausência de dúvida, de autoritarismo e de omissão da história.

Surge o termo *escritura*, definido anteriormente como “a ciência das fruições da linguagem” (2004, p. 11). É só neste momento em que os autores da língua se

¹⁶ Seu fascínio pelas línguas orientais rendeu *O Império dos Signos*, editado no Brasil pela primeira vez em 2007.

apresentam e se admitem, projetam suas percepções como parte da história (para Barthes, até o corpo é histórico), reconhecem suas máscaras e não mentem.

Como este não é um estudo de literatura, mas de jornalismo, reconhece-se aqui o primeiro problema de pesquisa. Estamos novamente dentro da linguagem em operação autoritária (uma vez que não estamos na produção literária) e, portanto, estamos necessariamente em uma relação entre linguagem e poder (porque o poder está presente ‘nos mais finos mecanismos de intercâmbio social’).

Logo, o que Barthes nos fala e nos empresta para as próximas páginas é que os signos cotidianos e suas representações (em todas as formas, e também na imprensa) são diariamente repetidos e reapresentados, invariavelmente estabelecendo relações de poder e de asserções.

No próximo capítulo, verificaremos como estas contribuições podem ser conciliadas com a análise de enquadramento – e de que maneira a segunda fornece subsídios de identificação de operadores retóricos descritos por Barthes até este momento.

CAPÍTULO 2 – OS RUMOS DA ANÁLISE – O ENQUADRAMENTO

Neste capítulo, justificamos a adoção da análise de enquadramento como percurso para obtenção de intencionalidades jornalísticas na cobertura em questão. Em que pese a reconhecida falta de aliança entre as duas propostas teóricas (Barthes e enquadramento), é possível adotar a segunda como forma de argumentação metodológica da primeira.

Barthes defendia a aplicação teórica por meio de procedimentos metodológicos, desde que haja *espaço de dispersão*, no qual escolhas teóricas não se tornam reféns de métodos estanques, inflexíveis. Exponente do estruturalismo, conviveu pouco – talvez nada, com a forma de análise a que se proporá este trabalho, mas que se aproxima de forma consistente por revelar, justamente, a força e a sutileza dos discursos que se dizem não-intencionais.

A análise de enquadramento é um dos procedimentos sugeridos para indicar vieses e abordagens implícitas na representação jornalística. É, portanto, recomendável para estudos que buscam identificar no texto dos meios de imprensa palavras, expressões, comparações, metáforas e outros elementos que no contexto geral do produto parecem despreziosos ou desprovidos de intencionalidades.

O conceito de *framing* foi utilizado pela primeira vez na sociologia. Segundo Soares (2006), a acepção teórica original do termo foi utilizada pelo sociólogo norte-americano Erving Goffman em *Frame Analysis* (1974) e pouco tempo depois importado pela sociologia da comunicação.

Ao final do estudo, Goffman aponta que o que lhe intrigava desde início era o fato de que as pessoas elegem pequenos eventos corriqueiros para generalizar todas as outras atividades de vida. “Nós temos a capacidade e a inclinação de usar o concreto, a atividade real, como um modelo sobre o qual trabalhamos o divertimento, os enganos, as experiências” (1974, p. 560).

A conclusão é alcançada a partir do conceito de *primary frameworks* – algo como “quadros de referência primários”. A ideia é a de que quando o indivíduo das sociedades ocidentais reconhece determinados eventos cotidianos, tende a interpretá-los de acordo com estruturas rudimentares, muito próprias de uma interpretação prévia feita sobre ocorrências anteriores. Na verdade – sem expor estas palavras – o processo de resignificação é sempre básico, pouco complexo, aderido a estruturas arraigadas de nossa concepção de vida.

Estas estruturas primárias, salienta o autor, variam conforme o contexto da sociedade em que o cidadão está inserido. Após as operações cognitivas que lhe possibilitam a avaliar aquele evento (na maioria das vezes, superficial), o homem conseguiria responder à pergunta que fazemos sempre que estamos diante de uma situação de desconforto – ou que foge à regra das rotinas de cada um: O que está acontecendo aqui?¹⁷.

Barthes dizia, quase que contemporaneamente ao autor norte-americano, que não existem significados inéditos. Tudo o que nos chega é reapresentado, geralmente da forma mais superficial possível – na maioria das vezes, para evitar grandes elucubrações ou para agregar estereótipos. Ademais, no caso específico da língua e da literatura, a possibilidade de uma palavra significar várias coisas torna a interpretação enganosa desde a gênese do discurso. “Pelo simples efeito da polissemia (estágio rudimentar da escritura), o engajamento guerreiro de uma fala literária é duvidoso desde a origem” (2004, p. 44).

Importada para os estudos em comunicação, a análise de enquadramento passou a reconhecer tanto as estruturas textuais aparentemente pouco intencionadas quanto também a polissemia que pode ou não haver nos conteúdos, sobretudo os jornalísticos.

Porto (2004) nos indica que o conceito foi aplicado na área da comunicação pela primeira vez pela socióloga Gaye Tuchman, no livro *Making News* (1978) – que daria bases para a noção de que os enquadramentos são características intrínsecas ao processo noticioso.

Entman (1993) observa que a escolha e a posição de palavras e expressões inseridas nos textos criam uma relação de saliência entre certas opções em detrimento de outras. “A própria palavra saliência precisa ser definida: significa fazer uma peça de informação mais perceptível, significativa ou reconhecível para o público” (1991, p. 53).

O enquadramento admite que este encadeamento é inescapável. Ora, nada se produz sem definir o que vem antes e o que vem depois, de que forma e com quais construções. Desta forma, assim como conceito barthesiano de que a língua (código) e a linguagem (sistema) são formas autoritárias – porque não há outra forma de conduzi-las de outra forma que não por mecanismos de escolhas, preferências, em última instância,

¹⁷ Pequenas decisões mentais motivadas por eventos naturais “escondidos”, “disfarçados”. Para Soares, trata-se de um “processo de definição de situação, implicando construção de sentido aos acontecimentos sociais e cotidianos” (2006, p. 451)

enquadramentos. Estas intenções implícitas oferecem uma interpretação pronta, incorporada pela expressão, e que, portanto representa um emprego autoritário do discurso.

No caso da produção jornalística, contudo, esta inevitabilidade se torna pouco mais complexa – por causa da pretensão deste ofício de representar a realidade dos fatos. No jornalismo, esta condição pode ser posta à prova – porque é possível fazer escolhas menos dotadas de certos juízos interpretativos. Aqui, no entanto, nos deparamos com um novo problema.

Sob a égide de que o que se tem como produto jornalístico é a *verdade*, as construções de sentido se apresentam quase que indubitáveis, o que lhes confere certo estatuto que definimos por *asserção temporária*. O que os jornais criam são discursos tidos como verdadeiros até que se possa pô-los à prova.

Como já demonstrado, a língua é essencialmente assertiva. Há pouco espaço para a contradição e nossos operadores retóricos são sempre induzidos a efetivar pensamentos embasados nas afirmações – as negações são menos frequentes.

No jornalismo, esta qualidade alcançaria seu patamar máximo, porque este ofício já é impregnado no imaginário popular como aquele que representa os eventos cotidianos que o resto da sociedade não acompanhou.

Deste raciocínio se infere: a) o que me interessa na imprensa, sobretudo, é aquilo que eu não testemunhei (sobre o que eu testemunhei, sei falar mais que a imprensa); b) como não testemunhei e não conheço ninguém que estava no local do acontecimento, tendo a acreditar nas versões que me são apresentadas (ou ao menos a recepcioná-las e, de forma crítica, por o assunto em xeque); c) como a maioria do noticiário é composta por eventos que eu não testemunhei – e que portanto me são apresentados pela primeira vez – até que se prove o contrário, aquela expressão é a *asserção temporária* desta representação.

Até que o cidadão se detenha a procurar outras fontes de informação ou efetivamente acompanhe *in loco* algum acontecimento, a tendência é que aquele discurso impregne como representação primeira (temporária) e mais adiante se cristalice, emprestando de Barthes, como algo “natural” aquilo que na verdade foi construído a partir de diversos operadores retóricos. A *asserção temporária*, aos poucos, se torna uma *asserção definitiva*.

A *análise de enquadramento* pode funcionar, neste sentido, como um verificador das percepções subjetivas que são naturalizadas em textos feitos por escolhas aparentemente despretensiosas.

As orientações dos enquadramentos são difíceis de se detectarem porque muitos artifícios podem parecer naturais, simples escolhas de palavras ou imagens. A comparação com outros textos, no entanto, mostra que essas escolhas não são inevitáveis ou não problemáticas, sendo centrais para o modo como a notícia enquadra e interpreta eventos (SOARES, 2006, p. 452).

Entman dedica espaço privilegiado para o enquadramento na cobertura de eventos políticos. É que a ação política, embora comporte versões das mais contraditórias possíveis, é invariavelmente noticiada a partir de pontos de vistas estanques. Para o autor, diferentes meios de comunicação obscurecem e irradiam determinadas falas e este comportamento implica em não menos diferenciadas interpretações. “Assim, o poder de um enquadramento pode ser tão grande como o da própria linguagem” (1993, p. 55).

Barthes nunca falou em *enquadramento*, mas foi um pensador das representações do real. Para o autor, sempre que tentamos de alguma forma “copiar”, “reapresentar” os fatos que nos são apresentados pela primeira vez, o fazemos mediante escolhas – nem sempre prudentes.

O que é o real? Não o conhecemos nunca senão sob forma de efeitos (mundo físico), de funções (mundo social) ou de fantasmas¹⁸ (mundo cultural); em suma, o real nunca é ele próprio mais que uma inferência; quando se declara copiar o real, isto quer dizer que se escolhe tal inferência e não tal outra (BARTHES, 1970, p. 78).

As operações da linguagem são feitas mediante escolhas. No jornalismo, não é diferente. Neste ofício, contudo, há o estatuto da *asserção temporária*, aqui já definida,

¹⁸ As obras de Barthes traduzidas no Brasil por Leyla Perrone-Moisés, como foi a edição brasileira de *Crítica e Verdade*, trazem o termo *fantasma* com sentido importado por Barthes da psicanálise. Trata-se de um produto da imaginação, que no vocabulário técnico da psicanálise é encontrado também como fantasia (*phantasie*, de Freud). A tradutora prefere *fantasma* porque “indica mais precisamente a origem inconsciente da imagem, mas do que o faria *fantasia*” (2007, p. 86)

que torna estas escolhas mais sutis, porque são acompanhadas da percepção de que ali jaz a verdade. Se não houve espaço para questionamento e se o próprio utente da informação não dedicar energia para por o que recebeu em xeque, passará a tê-la como uma *asserção definitiva*. Podemos dizer que a análise de enquadramento decanta intencionalidades possíveis do texto em que antes não havia qualquer (ou poucas) hipótese (s) de intenção subjetiva.

Em 1991, Entman materializou a análise de enquadramento em cobertura jornalística. Na época, não comparou apenas dois veículos diferentes – mas sim o tratamento dedicado pela imprensa norte-americana para dois eventos muito semelhantes.

Em 1983, um avião coreano da Korean Air Lines (KAL) foi abatido por um míssil soviético na União Soviética – havia 269 passageiros a bordo. Em julho de 1988, um avião iraniano da Iran Air, com 290 passageiros, foi derrubado por um míssil proveniente de um barco de guerra norte-americano. A comparação deu subsídios para o estudo *Framing US Coverage of International News: Contrasts in Narratives of the KAL and Iran Air Accidents*¹⁹.

Nele, o autor aponta a necessidade de se indicar categorias de análise para separar as palavras e as expressões que induzem a algum tipo de interpretação antes discreta. No entanto, a escolha destas categorias não pode ser aleatória ou desmotivada. “O enquadramento deve incluir apenas os elementos da mensagem que são críticos para suas interpretações presumidas, caso contrário, não haveria distinção entre o enquadramento e o texto” (1991, p. 8).

A análise precisa começar, diz Entman, a partir de uma categorização essencialmente quantitativa sobre o espaço ocupado pelas coberturas que estão em confronto. Foi isso que ele fez ao mapear quantas páginas cada um dos quatro veículos de comunicação analisados destinaram para cada uma das coberturas (o acidente na Rússia provocado por soviéticos e o acidente no Golfo provocado por norte-americanos).

O que a análise de Entman indicou é que o espaço destinado para o atentado russo foi muito maior que aquele capitaneado por forças do Exército dos Estados Unidos.

¹⁹ Enquadramento da cobertura norte-americana para notícias internacionais: Contrastes entre narrativas dos acidentes da KAL e da Iran Air.

Após esta tabulação, o autor criou quatro categorias para identificar em cada cobertura elementos que se sobressaem ou se escondem nos textos jornalísticos. Ao final, o que ficou patente é que os reforços de culpabilidade e de identificação com as vítimas foram mais salientes na cobertura do atentado soviético, enquanto os de fatalidade e imprevisibilidade foram a tônica do espaço destinado para a ocorrência liderada pelos EUA.

Entman reconhece que “dois casos não fornecem uma base suficiente para determinar se esses dispositivos de enquadramento são comuns à maioria dos textos de mídia” (1991, p.25), mas sinaliza para um profícuo campo de estudo em que as asserções disfarçadas do discurso, ou as *máscaras* barthesianas, são separadas do contexto que as naturalizou.

Porto (2004) observa que o *enquadramento* se impôs como um complemento à teoria da *agenda setting*, que segundo Wolf (1985), determina que as pessoas excluam de suas percepções e opiniões aquilo que os *mass media* excluem de suas abordagens diárias. Ao mesmo tempo, é uma nova tentativa de romper com a pretensa *objetividade jornalística*, impossibilitada, conforme Amaral (1996), porque

Não pode haver neutralidade, imparcialidade, verdade absoluta, quando os mecanismos de captação do real são condicionados por uma série de fatores pessoais – do repórter, sua formação, sua cosmovisão – e conjunturais – da empresa jornalística, seu escopo ideológico, seus comprometimentos nos planos econômico, político, social – que limitam a compreensão do mundo (AMARAL, 1996, p. 80).

Desta feita, o enquadramento fornece subsídios para, em última instância, *desmitificar* a objetividade jornalística ao salientar as abordagens antes sutis da produção. Revelam, portanto, as *asserções temporárias* que se cristalizam nos leitores/receptores como *asserções definitivas*.

Porto nota que as análises se sustentam em operadores dos mais variados, que buscam agrupar palavras e expressões de acordo com afinidades temáticas. São comuns, por exemplo, os enquadramentos *corrida de cavalos*, nos quais a imprensa acompanha a escalada de candidatos em eleições de acordo com seus desempenhos de pesquisa; Soares (2009) emprestou os conceitos de *legitimidade* e *legalidade* para acompanhar a

cobertura das eleições presidenciais de 2006 – as primeiras após o escândalo do “mensalão”. Na oportunidade, o sociólogo indicou que

Estudos controlados de recepção têm relacionado os enquadramentos noticiosos às percepções da audiência sobre os assuntos reportados, demonstrando que eles podem ter consequências sobre a forma como as audiências percebem e compreendem um assunto ou evento, podendo até mesmo alterar suas opiniões (SOARES, 2009, p. 239).

Semetko e Valkenburg (2000, apud SOARES, 2009), ao analisarem a imprensa holandesa, curiosamente indicam alguns enquadramentos que se assemelham a alguns dos operadores de Barthes para a categorização dos mitos burgueses. Um deles é o de *responsabilidade*, que restringe as causas de um problema ao governo ou a um grupo social específico – portanto, *omitindo a história* do acontecimento. Outros parâmetros recorrentes seriam os de *conflito*, próprios das campanhas eleitorais, os de *interesse humano*, que dramatizam os eventos do cotidiano e o das consequências econômicas, que muito se parecem com o operador retórico do mito *quantificação das qualidades*, que reduzem as atividades sociais e políticas a seus resultados numéricos e materiais.

Ainda no mencionado estudo, os autores identificaram abordagens recorrentes, como o *enquadramento de interesse humano*. Neste ponto, os jornais noticiam acontecimentos com interesse voltado para a *sensibilização* do leitor/telespectador, quer seja por figuras positivas, quer seja por palavras e expressões depreciativas.

Scheufele (1999) indica como exemplo de cobertura que partiu para esta estratégia a comoção fomentada pela imprensa quando um diretor de orçamento da Universidade de Michigan decidiu se aposentar após brigar, em vão, para conseguir financiamento equitativo para os alunos da instituição.

Soares também aponta que os enquadramentos não são estáticos – os operadores variam conforme o contexto social e o rearranjo das posições dominantes e hegemônicas²⁰ no cenário político em questão. Desta forma, é plenamente possível que análises de diferentes veículos de comunicação em variados países possam utilizar operadores específicos, de acordo com os problemas e a realidade locais.

²⁰ Ao invés de interpretações, os enquadramentos contribuiriam para a concepção do senso comum, fomentando a perpetuação da hegemonia ideológica no domínio do discurso.

Os efeitos dos enquadramentos na audiência também são estudados – normalmente, partindo da premissa do *agenda setting*, segundo a qual a imprensa não é capaz de determinar *o que* as pessoas devem pensar, mas reúne condições para estabelecer *sobre o que* elas devem pensar. A condução da produção jornalística cria *pacotes interpretativos*, cujos efeitos foram amplamente estudados por meio de grupos focais. Gamson (1995) nos mostra, a partir de entrevistas feitas com pessoas que haviam acompanhado à mesma sequência jornalística a respeito de diversos episódios, que a tendência é que estes *pacotes interpretativos* moldem o senso comum sobremaneira e principalmente a respeito dos fatos dos quais a sociedade analisada está distante. “Em questões como o poder nuclear ou o conflito árabe-israelense, as pessoas quase sempre seguem o discurso da mídia” (1995, p. 11). Esta conclusão se aproxima do conceito defendido neste estudo de que o discurso da imprensa opera como uma *asserção temporária* que, se não for comparada ou posta a teste em outros discursos, se cristaliza nas versões do senso comum.

O grande impasse, nos diz o autor, é que nem sempre as pessoas sabem reconhecer que suas percepções de mundo são provenientes do discurso dos *mass media* – o que também corrobora a ideia de que muitas vezes estas versões são *cristalizadas* quase que como figuras *imanentes* das percepções humanas de consenso.

As outras questões em debate eram mais próximas da realidade norte-americana estudada por Gamson – as preocupações com o setor industrial e as ações afirmativas defendidas para a população imigrante. Sobre estes dois casos, o estudo reconhece que houve maior especificidade na formulação de opiniões próprias.

Como se denota, a análise de enquadramento oferece ricos recursos para estudar vieses implícitos na cobertura jornalística, sobretudo nos assuntos ligados à atividade política ou em outros que envolvam diversidade de opiniões e de posicionamentos ideológicos.

Nos dois primeiros capítulos foram detalhadas as principais contribuições de Roland Barthes para entendermos a produção de conteúdo discursivo como um processo que agrega estereótipos com finalidade de formatar o senso comum, por meio de operadores retóricos próprios à construção de mitos.

Também defendemos que esta característica é também muito própria à imprensa, objeto deste estudo, que formula asserções temporárias a respeito dos eventos cotidianos. Por fim, identificamos na análise de enquadramento um método preciso para evidenciar intencionalidades e asserções no texto jornalístico.

Mesmo reconhecendo que as duas vertentes se formam em contextos intelectuais distintos – e que portanto com preocupações diferenciadas – percebemos a clara possibilidade de aproximá-las e cotejá-las, com vistas à realização da nossa análise.

Barthes pontuava que não é possível traçar uma “geografia social dos mitos”, enquanto não se estabelecesse, àquela época, uma sociologia analítica da imprensa. A análise de enquadramento, desta feita, dialoga com esta necessidade na medida em que fornece subsídios quantitativos e qualitativos para identificação dos principais operadores retóricos do mito.

As operações metodológicas específicas que delimitam a forma de conduzir a análise de enquadramento serão melhor detalhadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O espaço de dispersão vsa metodologia

Barthes, como explicitado no início deste estudo, não deixou demarcada clara metodologia de pesquisa, muito também em função do “gênero incerto”²¹ pelo qual defendia seus pontos de vista. A característica ensaística e a oscilação dos objetos de pesquisa percorridos pela obra barthesiana deixaram legado de vastas proposituras teóricas, mas de relativa liberdade metodológica.

A propósito, o autor defendia a existência de *espaço de dispersão* (1988), no qual fica claro que o rigor científico (e quiçá a vigilância epistemológica) não precisam necessariamente coadunar com opções metodológicas muito inflexíveis ou sem espaço para categorizações autorais.

É preciso, então, em dado momento, voltar-se contra o método ou pelo menos tratá-lo sem privilégio fundador, como uma das vozes do plural, como uma vista, em suma, um espetáculo encaixado no texto; o texto que é, afinal de contas, o único resultado verdadeiro de qualquer pesquisa (1988, p. 321).

O estabelecimento de um *espaço de dispersão*, tão oportuno nas ciências humanas, não é suficiente para categorizar Barthes como um autor que abomina o método ou que apregoa que as características autorais sirvam como espécie de alforria do pesquisador. Pelo contrário, pouco antes de chegar neste estágio, o semiólogo pontua que o método é “inevitável”, não propriamente pelos resultados que alcança, mas pelo “mais alto grau de consciência de uma linguagem que não esquece a si mesma” (1988, p. 321).

Barthes, portanto, não desterritorializa, como é relativamente comum observar, o plano metodológico das demais instâncias de pesquisa. A análise que parte de algum sistema regrado de categorias pode acontecer, desde que não esteja desconectada dos outros operadores da pesquisa, sobretudo, e necessariamente, do contexto em que está inserida.

Para o autor, os elementos simbólicos é que constituem a natureza humana, e não o contrário. Desta forma, o homem não poderia criar espaços de significação

²¹ Em *Aula*, admite ter escrito “tão somente” ensaios, “gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise” (2007, p. 7)

alheios aos símbolos que existem antes dele. O método, por analogia, não pode existir antes e de forma externa à pesquisa, como se tivesse a autonomia teórica que o homem não tem de suas convenções simbólicas.

Na concepção de Barthes, citado por Motta (2011, p. 225), “não é o homem que constitui o simbólico, é o simbólico que constitui o homem. Quando o homem entra no mundo, entra no simbólico que aí está. Ele não será homem se não estiver no simbólico”.

Lopes (2005) nos ensina que a pesquisa nas Ciências Humanas é dotada necessariamente de componentes sintagmáticos que instituem o modelo metodológico, compostos por fases específicas que culminam em operações metodológicas. Para efeito didático, seguiremos este modelo para, a seguir, detalhar como se será realizada a pesquisa, de acordo com a categorização abaixo:

Fases metodológicas	Operações metodológicas
(I) Definição do objeto (teorização da problemática)	1) Problema de pesquisa 2) Quadro teórico de referência 3) Hipóteses
(II) Observação (técnicas de investigação)	4) Amostragem 5) Técnicas de coleta
(III) Descrição (técnicas e métodos de descrição)	6) Análise descritiva
(IV) Interpretação (métodos de interpretação)	7) Análise interpretativa 8) Conclusões* 9) Bibliografia*

* conclusões e bibliografia não fazem parte destas operações

Quadro 2 – Componentes sintagmáticos do modelo metodológico (LOPES, 2005)

3.2 Definição do objeto

Como salientado, este estudo tem como *problema de pesquisa* a identificação de intencionalidades implícitas no texto jornalístico que conduzem (ou não) ao estabelecimento de uma linguagem autoritária na cobertura específica (a prisão dos

envolvidos no esquema do mensalão). Para tanto, utiliza como *quadro teórico de referência* as principais contribuições do semiólogo Roland Barthes para a crítica à linguagem autoritária e das teorias do enquadramento, que buscam identificar vieses pouco explícitos nos procedimentos jornalísticos.

A pesquisa parte da *hipótese* de que, se a própria língua fornece elementos mais assertivos que contestadores (Barthes) e que a produção jornalística pode ser composta por palavras e expressões intencionais que interferem no conteúdo (enquadramento), o discurso dos meios de comunicação pode ser considerado um discurso que fomenta a reverberação de estereótipos.

3.3 Observação

A *amostragem* em nosso estudo combina elementos quantitativos e qualitativos, ou, como Lopes nomina, probabilísticos e não-probabilísticos. Por se tratar de um material randômico, trata-se de uma amostra não-probabilística. Serão analisadas todas as reportagens publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* no período entre 16 e 22 de novembro de 2013, na semana que sucedeu as prisões dos primeiros envolvidos no esquema.

Na análise de enquadramento é necessário, inicialmente, traçar o plano geral da amostra, que nada mais é que a quantidade de reportagens/textos que se pretende analisar em cada material, em quais dias, com quantas páginas, etc. Esta categorização, além de situar o pesquisador, já fornece de pronto elementos para comparação entre os dois veículos analisados.

As *técnicas de coleta* utilizadas levarão em conta as categorias de análise. Estas categorias foram escolhidas de forma a atender aos requisitos teóricos do enquadramento e da linguagem autoritária. No geral, o estudo coletará e tabulará, em comparação, palavras e expressões das seguintes categorias:

- a) Identificação dos réus do mensalão – Como os dois jornais fazem referências aos condenados presos por decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal;
- b) Identificação dos ministros – Como a Suprema Corte e seus ministros aparecem na cobertura jornalística;
- c) Identificação do esquema – Como o caso do “mensalão” é lembrado pelos dois jornais;

d) Identificação do processo/ação – Quais as referências que as duas coberturas fazem à ação penal que culminou na prisão dos envolvidos;

e) Identificação das penas/sanções – De que forma aparecem nas coberturas as penas a que os condenados foram submetidos;

3.4 Descrição

A *análise descritiva* dos dados coletados será feita logo em seguida à tabulação quantitativa das ocorrências da cada palavra/expressão. A cada tabela com as palavras/expressões recolhidas, que fazem referência a cada uma das categorias, será dedicado espaço para a elucidação dissertativa dos dados encontrados. Esta propositura ficará mais clara a partir do próximo capítulo.

3.5 Interpretação

A *análise interpretativa* será objeto de um tópico à parte da análise, de forma a distanciar de maneira proposital a coleta e a descrição dos dados das interpretações deles decorrentes. Neste espaço, o estudo pretenderá responder se encontrou elementos que validem ou não as hipóteses iniciais, e de que forma a cobertura analisada contribui para a operacionalização das duas principais correntes teóricas aqui difundidas.

Em seguida, com base nas operações metodológicas, a pesquisa chegará às considerações finais, a partir dos pressupostos da bibliografia utilizada.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA COBERTURA DA PRISÃO DOS ENVOLVIDOS NO “ESCÂNDALO DO MENSALÃO”

Com o aporte teórico definido (linguagem autoritária e teoria do enquadramento) e as opções metodológicas discriminadas – além de breve síntese do caso – passamos agora à análise da cobertura na semana subsequente à prisão dos envolvidos no chamado “escândalo do mensalão”.

4. 1 Plano da amostra

Para fins deste estudo, estabelecemos como material de análise as reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* no período que vai de 16 de novembro de 2013 a 22 de novembro de 2013 – portanto, a semana subsequente à prisão dos primeiros réus. A partir deste momento, para fins didáticos, os jornais analisados passarão a ser chamados de *FSP*, quando referido à *Folha de S. Paulo*, e *OESP*, quando referido ao *Estado de S. Paulo*, salvo em exceções oportunas ou em abordagens da própria cobertura (quando os jornais citarem a eles próprios, por exemplo).

Os dois jornais são os de maior tiragem em São Paulo, conforme dados de 2013 da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Por dia, em média, chegam juntos a 529,6 mil exemplares²², sendo que a média de circulação de *FSP* é superior a de *OESP*.

Entendemos como reportagem o conteúdo informativo produzido a respeito de um acontecimento, ou, como na acepção de Melo (2003), “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística” (p. 66).

O estudo não pretende analisar os conteúdos de caráter opinativo, como editoriais e artigos de colaboradores. Esta opção se dá pelo fato de que este gênero é explicitamente uma seara de pontos de vista, intencionais, com os quais o leitor pode ou não concordar. O foco desta pesquisa é, como já salientado, identificar enquadramentos no conteúdo dito meramente informativo.

Inicialmente, vamos comparar quantitativamente o espaço dedicado aos eventos que sucederam as primeiras prisões nos dois jornais.

²² Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>

Objeto	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Manchetes	6 dias	6 dias
Páginas	28 páginas	21 páginas
Matérias	49 matérias	49 matérias

Quadro 3 – Comparação quantitativa da abordagem dos dois jornais

É possível observar que, ao menos quantitativamente, os dois diários dedicaram quase o mesmo espaço para a cobertura dos eventos daquela semana. Curiosa e coincidentemente, produziram a mesma quantidade de reportagens neste período, distribuídas em quatro páginas a mais em *FSP*.

Em ambos os periódicos, os desdobramentos das prisões dos réus do “mensalão” só não foram manchete em um dia do período estudado. No *OESP*, no dia 19 de novembro, e na *FSP*, no dia 20 de novembro.

Destacamos, a seguir, os principais pontos de abordagem, em outras palavras, as principais pautas dos dois jornais nos dias seguintes à prisão dos primeiros envolvidos.

No dia 15 de novembro de 2013, o presidente do STF expediu mandados de prisão para membros dos chamados núcleos político e operacional do mensalão. Foram presos o ex-ministro José Dirceu, os ex-deputados José Genoíno e Romeu Queiroz, os ex-tesoureiros do PT, Delúbio Soares (que se entregou no dia seguinte), e do PR, Jacinto Lamas, os banqueiros José Roberto Salgado e Kátia Rabelo, do Banco Rural, a empresária Simone Vasconcelos e os publicitários e sócios Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach.

Um fato imprevisível logo chamou atenção da imprensa e permeou parte da cobertura naquela semana. O ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, havia saído do Brasil e era considerado fugitivo da Justiça. A empreitada para encontrá-lo teve amplo destaque neste período.

A alta carga simbólica do dia escolhido pelo ministro para executar os mandados de prisão, feriado nacional de proclamação da República, também não passou despercebida. As manifestações de repúdio à condução do processo e à execução das penas por parte de petistas e simpatizantes, de um lado, e de apoio à decisão do STF por parte de oposicionistas, de outro, ganharam destaque nas dezenas de reportagens produzidas na época.

As capas dos dois jornais, no dia seguinte à execução das penas, reproduziam os acontecimentos que contrariam a lógica das publicações pós-feriado, usualmente compostas por reportagens “frias” em função do dia noticioso.



Figuras 1 e 2 – Capas dos jornais *FSP* e *OESP* do dia 16 de novembro de 2013

4.2 Referências lexicais

4.2.1 Referências aos réus

Neste item, o estudo dará atenção inicial à maneira com que os dois jornais analisados fizeram referências aos réus presos naquela semana. Também quantificará as principais ocorrências de cada termo encontrado nos periódicos. Em seguida, adotará o mesmo procedimento para designar como o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, e seus colegas de Corte, foram retratados.

Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
Condenados (51), ex-ministro (23), deputado/ex-deputado/deputado licenciado (12), petistas (24), presos (20), réus (10), ex-presidente do PT (16), delator do esquema (3), integrantes da antiga cúpula do PT/antigos dirigentes do PT (6), detidos (2), detentos (3), procurado (2), companheiros (3), fundador do PT (2), operador do esquema (1), fugiras políticas importantes (1), integrantes do núcleo operacional (1), envolvidos no esquema (1)	Condenados (44), deputado/ex-deputado/deputado licenciado (17), companheiros (4), ex-ministro (12), operador do esquema (5), preso (8), réus (7), ex-presidente do PT (8), petistas (15), detentos/detidos (3), delator (2), considerado chefe da quadrilha (1), réus ilustres (1), principais protagonistas (1), militante (1), delator do mensalão (1), mentor do mensalão (1), envolvidos no mensalão (1), “rei da cela” (1), o mais graduado dos petistas (1)

Quadro 4 – Referências aos sentenciados presos no esquema do mensalão

É inevitável que os sentenciados sejam referidos de alguma forma – normalmente por seus nomes ou sobrenomes, aqui não detalhados para evitar a exaustão em torno de categorias que pouco podem contribuir para a análise. Entretanto, pode-se inferir que os dois jornais utilizam com maior frequência o termo “condenados” para se referir aos réus – a palavra réu, a propósito, é pouco utilizada, embora seja a juridicamente recomendada. Isso porque, a despeito de efetivamente terem sido condenados, a ação não havia terminado quando da execução das penas, razão pela qual os acusados seguiam sendo réus que apresentaram recursos contra a decisão inicial (embargos infringentes). Chama a atenção, a propósito, a quase coincidente recorrência da palavra “condenados” nos dois periódicos, que já haviam coincidido também no número de matérias destinadas à cobertura naquela semana.

Os dois jornais parecem confiar na interpretação da Justiça a respeito da participação de cada um dos envolvidos. Isso porque não são incomuns expressões extraídas dos autos (como operador do esquema, integrante do núcleo político) que efetivamente só podem ter saído de inquéritos da fase instrutiva do processo. Estas categorias não vêm acompanhadas de nenhum adjetivo que categorizaria as acusações

como prováveis, como “suposto operador do esquema” ou “acusado de integrar o núcleo operacional”.

Há persistente referência ao partido dos principais nomes apontados no processo – o Partido dos Trabalhadores. Nos dois jornais, as palavras e expressões “petistas”, “filiados ao PT”, “companheiros de partido” e “ex-presidente do PT”, em referência explícita a José Genoino, aparecem várias vezes. A relação que os periódicos fazem entre os réus e os partidos não se repete com relação aos demais agentes políticos presos, de outras legendas. Há, portanto, uma repetida intenção de aliar a condição atual destes personagens – agora presos – ao PT e à cúpula da legenda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff.

Na *FSP*, foram 46 as referências diretas ao partido nas menções aos condenados presos. Em *OESP*, foram 23 as associações entre os réus e ao PT.

4.2.2 Referências ao presidente do Supremo

Ao contrário do período noticioso do julgamento do mensalão, em 2012, as prisões, em 2013, foram sentenciadas apenas por um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Joaquim Barbosa. Em função disso, este trecho separa as inúmeras ocorrências de referências ao ministro das raras menções a seus colegas da Corte.

Por ter determinado a prisão de parte dos condenados, o presidente do STF também centralizou a repercussão jurídica a respeito da sentença. Na semana subsequente à ordem, foi muito mais citado que seus colegas de Corte que contribuíram para a estipulação das penas.

As referências ao presidente da Corte, entretanto, são em menores quantidade e diversidade que as relatadas para os envolvidos nos crimes.

Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
Presidente do STF/Presidente do Supremo (19), ministro (2), relator do mensalão (1)	Presidente do STF/Presidente do Supremo (21), presidente da Corte (2), presidente do tribunal (1), ministro (1)

Quadro 5 – Referências ao presidente do STF, Joaquim Barbosa

Diferentemente das menções aos condenados no processo do “mensalão”, as referências ao ministro Joaquim Barbosa são sempre precedidas do posto que o presidente da Corte ocupa, sem nenhuma outra alusão ao magistrado que denote juízos interpretativos.

Neste ponto de vista, podemos depreender que as categorizações que os dois jornais fizeram ao expedidor dos mandados de prisão, já em menor quantidade, são também mais precisas e objetivas. Os periódicos buscaram poucos termos para diversificar ou qualificar o ministro e, na ausência de termos que pudessem se referir a ele, preferiam adotar o corriqueiro expediente de se referir ao personagem por seu sobrenome (Barbosa).

Esta opção foi sistematicamente utilizada pelos jornais, mas não foi tratada aqui porque o recurso ao nome não constitui uma referência merecedora de atenção.

Os dois jornais recorrem a praticamente às mesmas denominações para se referirem ao presidente do STF, não havendo diferenças substanciais a serem apontadas – diferentemente das alusões aos réus dos processos, que demonstraram ser mais variadas.

4.2.3 Referências ao “esquema”

Este item busca identificar como os dois jornais situam o leitor a respeito do esquema que desencadeou a ação penal 470 – o suposto pagamento de propina para manutenção da base aliada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, batizado de “escândalo do mensalão”.

O que importa neste ponto são as nomeações que os períodos declinaram para o processo e o desencadeamento políticos do “mensalão”.

Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
Mensalão (61), esquema (16), escândalo (3), corrupção de parlamentares (1), episódio (1)	Mensalão (56), esquema (6), escândalo (4), Mensalão (<i>maiúsculo</i>) (2), caso (1), episódio (1)

Quadro 6 – Referências ao delito objeto da condenação (terminologia política)

Cumprir observar que, desde que assim foi “batizado” em 2005, o suposto pagamento de propina a deputados é sistematicamente referido pela palavra “mensalão”

– espécie de palavra-slogan propagada pela imprensa, desde as primeiras denúncias até à prisão dos envolvidos. *FSP* e *OESP* não só coincidem no número de reportagens dedicadas ao assunto ao longo da semana, como também praticamente se igualam na quantidade de vezes em que se referem ao caso como “mensalão”, como, de fato, a sequência de acontecimentos ficou conhecida.

Os diários, em uma semana de cobertura, utilizaram o neologismo por 117 vezes ao se referir ao caso ou a seus desdobramentos jurídicos e políticos – média de 16 ocorrências por edição, somadas as ocorrências em *FSP* e *OESP*.

Em *OESP*, a palavra *mensalão* é veiculada com letra maiúscula, em uma reportagem específica, do dia 18 de novembro.

As palavras “escândalo” e “esquema” também aparecem como forma de se referir ao caso.

4.2.4 Referências ao processo

Neste item, o estudo apresenta as inserções a respeito do desdobramento jurídico do caso, identificando a maneira como os jornais retratam a ação penal 470. A intenção é comparar quantitativa e qualitativamente com as ocorrências do tópico anterior, no qual se verificou de que forma os desdobramentos políticos do episódio foram manifestados na cobertura.

Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
Processo (7), recurso (7), autos (2), embargos (1), cartas de sentença (4), ordem do Supremo (2), dossiê (2), ação penal (1)	Processo (17), embargos (4), sentença (3), dossiê (2), recurso (2), aceitação da denúncia pelo STF (1), ação penal (1)

Quadro 7 – Referências à ação penal 470 (terminologia jurídica)

A nomenclatura adotada para se referir ao “esquema” do “mensalão”, descrita no tópico anterior, é mais diversificada que os termos utilizados pelos jornais para detalhar o desfecho jurídico do caso. Há poucos termos utilizados exclusivamente para se referir ao processo, aos detalhes do julgamento ou das cartas de sentença que determinaram a prisão dos envolvidos.

4.2.5 Referências às sanções

Em que pese a apresentação de recursos (e o julgamento dos embargos, em 2014), até o momento que analisamos neste estudo, a prisão dos envolvidos pode ser considerada o encerramento do caso, o desfecho do episódio, deflagrado em 2005. É por isso que as referências dos dois jornais às sanções requerem especial atenção e justificam a presença deste tópico.

Neste ponto, verificam-se todas as palavras e expressões que apresentam ao leitor as punições e os cumprimentos das sentenças, incluindo detalhes da rotina dos réus na prisão, que, mais adiante, constituirão um tópico específico de análise.

Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo
Pena (31), prisão (28), regime (19), trabalho fora da prisão (4), penas alternativas (3), execução penal (3), algemados/algemas (3), primeira noite na cela (1), integrantes do sistema prisional (1), vestidos com uniformes brancos (1), banho frio, beliche com colchão de espuma, almoço servido em marmita (1), regime mais rígido que o determinado (1), perda automática do mandato (1), custou o mandato, agora a liberdade (1)	Prisão (31), regime (21), pena (15), prisão domiciliar (10), algemados/algemas (3), prisão com saída regrada (1), confisco de bens (1), pagamento de multa (1), detenção (1), ainda no conforto do lar (1), abandono por quem considerava amigo (1), knowhow para receber réus ilustres (1), passaporte apreendido (1), processo de cassação (1), primeira noite sem liberdade (1), sob custódia (1), impressão de estar em um quartel (1), bloqueio de aposentadoria (1)

Quadro 8 – Referências às sanções impostas aos réus da ação penal 470

Em maior quantidade, os itens observados como referências às sanções impostas aos réus também apresentam mais qualificadores e expressões que denotam detalhamento da situação dos presos. Em ambos os jornais, as matérias destacam os aspectos de desconforto as perdas sofridas a partir do momento em que se viram encarcerados.

4.3 Análise interpretativa de enquadramentos

Neste item, o estudo ingressa na *análise interpretativa* de dois enquadramentos gerais observados nos dois jornais, com o intuito de identificar os sentidos construídos em ambas as coberturas.

Com os termos e expressões utilizados para nomear os réus, o *Supremo Tribunal Federal* e os desdobramentos *políticos* e *jurídicos* que culminaram nas *sanções*, podemos inferir que os dois jornais demonstraram, ao menos na semana da cobertura pretendida, retomar o episódio do mensalão – esmaecido desde o término do julgamento – sob dois planos predominantes: A *autoridade* e a *punibilidade, em oposição à impunidade*.

Outro enquadramento que procuramos analisar é o *de interesse humano*, utilizado para destacar o viés emocional dos acontecimentos.

Os enquadramentos *autoridade e punição* podem ser dispostos na relação *causa e consequência* na cobertura em questão. A autoridade, notadamente representada pela figura do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, expediu os mandados de prisão, encerrando o “escândalo” deflagrado oito anos antes. A *punição*, por outro lado, é categorizada pela figura dos réus, presos, sem escolha e sem alternativa a não ser cumprir a ordem judicial.

Posteriormente aos enquadramentos, identificaremos *operadores retóricos do mito*, detalhados por Barthes e neste estudo, para confirmar ou não a presença de características da linguagem que reconduzem o evento para outros planos de interpretação.

4.3.1 O enquadramento da autoridade

Os dois jornais recepcionam os símbolos da *autoridade*. No conteúdo informativo de *FSP* e *OESP*, as expressões utilizadas para designar a Corte e seu principal ministro são sempre sóbrias, equilibradas e pouco variadas.

Neste ponto, reforça este sentido o fato de o ministro Joaquim Barbosa ter expedido os mandados em pleno feriado da Proclamação da República, gesto impregnado de carga simbólica. Nos dois periódicos, já na edição do dia 16 de novembro, o feito foi notado com destaque importante nas reportagens.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“No Dia da República, a presidente Dilma escreveu, em rede social, antes das prisões, que ser presidente é ‘prevenir e combater a corrupção’”	“O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, expediu ontem, dia da Proclamação da República”. “O dia 15 de novembro de 2013 entrou para a história da política brasileira” (...) “O presidente do STF trabalhou durante o feriado junto com a sua assessoria para expedição dos mandados”

Quadro 9 – Referências ao 15 de novembro na cobertura das prisões do “mensalão”
(16/11/2013)

O *OESP* atribui caráter *épico* ao plano da autoridade ter sentenciado as ordens de prisão justamente no dia da Proclamação da República, salientado pela *FSP*, a partir de outra autoridade – a manifestação da presidente Dilma Rousseff em função da importância da data. Ou seja, o gesto do ministro e a matéria enfatizam o caráter republicano da autoridade.

Em um primeiro momento – e as coberturas sinalizam para isso – a prisão efetivada no feriado cria uma segunda data para ser celebrada ou lembrada. Na medida em que “entrou para a história”, como pontuou *OESP*, o cumprimento das ordens judiciais ressignifica a Proclamação da República, quase que em uma homenagem à *coisa pública* e à manutenção da ordem e da justiça. Nos artigos de opinião e no conteúdo analítico, esta coincidência fática, de determinar as prisões no Dia da República, é ainda mais notada pelos articulistas.

A edificação da figura da autoridade é contraposta, nas duas coberturas, no dia seguinte às prisões, com a aparente condição de *resignação* dos condenados. Na qualidade de quem não tem alternativa a não ser cumprir a ordem judicial, os envolvidos no episódio aparecem como *anti-autoridades*, pessoas desprovidas de poder e de arbítrio.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“De braço esquerdo erguido e punho cerrado, ex-ministro e ex-presidente do PT são presos em SP”	“O ex-presidente do PT José Genoíno foi primeiro a se entregar. Com o braço esquerdo levantado e o punho cerrado, entrou na sede da PF aos gritos de ‘sou inocente, sou um preso político’”

Quadro 10 – Referências à resignação dos réus (16/11/2013)

Neste ponto, os dois personagens principais deste primeiro dia de cobertura utilizam a ampla cobertura midiática para protestar contra a medida sobre a qual nada podem fazer. O *braço erguido* é um sinal juridicamente inútil, mas simbolicamente importante, de protesto, de enfrentamento – e *FSP* e *OESP* aceitam esta “provocação” ao colocá-los na primeira página.

A *resignação* que sucumbe ao poder da *autoridade* fica mais clara com a preocupação dos dois veículos com o estado de saúde do ex-presidente do PT, José Genoíno. O ex-dirigente é cardiopata e havia temor, manifestado sobretudo por familiares e correligionários, de que o quadro poderia se agravar em função da nova rotina, na prisão.

As infrutíferas tentativas de mudar o regime da pena para a prisão domiciliar, permitida em quadros clínicos de extrema gravidade, foram relatadas também pelo antagonismo *autoridade e resignação*.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“O PT disse ontem que o presidente do STF, Joaquim Barbosa, permitiu um espetáculo condenável e pôr em risco a vida do deputado licenciado José Genoíno”	“Enquanto isso, em Brasília, a presidente Dilma Rousseff, reunida com senadores da base, manifestou grande preocupação com a saúde de Genoíno, que definiu como dramática” (...) “O deputado licenciado do PT queixa-se de dor no peito e tem agora o olhar apagado, como se estivesse mirando um ponto fixo”

Quadro 11 – Menções ao estado de saúde de José Genoíno (19 e 21/11/2013)

No dia 21 de novembro, o ministro Joaquim Barbosa acatou parcialmente pedido da defesa, permitindo que Genoino ficasse em casa até que uma junta médica avaliasse seu caso. “STF libera Genoino para tratamento fora da prisão” e “Genoino poderá se tratar em casa; Câmara adia cassação” foram, respectivamente, as manchetes de *FSP* e *OESP* no dia seguinte.

A representação da Justiça nos dois periódicos, no período em questão, ajuda a sedimentar a percepção de que se trata do órgão da República que condiciona liberdades e sanções. O deputado, rodeado de preocupações com relação a seu estado de saúde, passa a semana dependendo de um aval do STF para deixar a prisão e se tratar em casa. Em tese, o acompanhamento de seus dias de “suplício” reforça sua impotência diante da voz da *autoridade*.

Cumprir observar que o caso é mais peculiar porque deputados e outras figuras públicas do alto escalão são também *autoridades* no exercício de seus cargos. Vê-los presos e tendo o destino selado por uma pessoa os destitui definitivamente desta condição.

4.3.2 O enquadramento da punição em oposição à impunidade

Estudos de variadas áreas do conhecimento se detêm em categorizar cientificamente a *sensação de impunidade*, difundida no Brasil, tanto pela morosidade da Justiça, quanto pela “auto-distinção social” (DA MATTA, 1980) – característica de quem apela para suposto status para obter facilidades ou descumprir regras e leis.

Porto (2001) observa que a impunidade é oposta à reciprocidade, que é a “manutenção de vínculos sociais”. O cidadão sentiria que o Estado lhe é recíproco (aos impostos, às contribuições, etc.) na medida em que “devolve” os deveres na forma de bem estar coletivo. Essa expectativa se rompe quando se percebe que há seletividade na administração da Justiça, que penaliza mais ou menos, dependendo do crime ou do infrator. Por causa da impunidade, para esta teoria, o Estado deixa de ser recíproco aos cidadãos.

Grosso modo, impunidade significa “falta de castigo” – cujos efeitos são majorados no Brasil por alegada discriminação tanto no rito dos processos quanto na aplicação das penas, a depender do poder aquisitivo ou do grau de influência do réu.

No episódio do “mensalão”, a prisão de atores políticos recriou, na cobertura em questão, a imagem da *punição*, em oposição à *impunidade*. Ao serem presos, e se

unirem aos demais integrantes do sistema carcerário brasileiro, ex-ministro, ex-deputados, ex-dirigentes partidários, banqueiros e lobistas passam a conhecer o *mundo das sanções* – e logo a mais importante delas, que é a privação da liberdade.

Nota-se, no transcorrer da produção jornalística daquela semana, elementos de apresentação e de reforço das penas sentenciadas. Além de mencionar mais de 100 vezes as palavras *prisão* e *penas*, *FSP* e *OESP* procuraram detalhes da rotina carcerária que sinalizam para o castigo, a *punição*, entre os quais, demonstrados adiante, a alimentação servida em marmita, a divisão dos quartos, a bacia turca e o banho frio.

Expressões como “ainda no conforto do lar”, em referência a Dirceu no *OESP*, e “knowhow para receber réus ilustres”, sobre a Penitenciária da Papuda, também no *OESP*, reforçam esta dualidade. De um lado, o lar pretensamente confortável – do outro, a carceragem acostumada a recepcionar réus conhecidos. A *FSP* observa que, no último dia de liberdade, o ex-ministro almoçou salada e picanha. Mais tarde, se entregaria à sede da Polícia Federal em São Paulo.

A punição, sentenciada por um dos poderes da República, criou constrangimentos nos outros dois. Figuras públicas hesitaram, de início, em comentar a decisão do STF, conforme identificaram os dois diários. Conforme a fonte de informação se distancia dos órgãos institucionais, e se aproxima dos partidários, em outra frente, as críticas são bem mais contundentes.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“Dilma discursa por mais de uma hora, mas não cita prisões” (...) “Execução das penas fere ampla defesa, diz PT”	“O máximo que o PT fez foi aprovar um documento considerando o julgamento injusto e nitidamente político” (...) “Embora tenha chorado mais de uma vez quando Genoino disse a ele estar ‘liquidado’, o ex-presidente reza pela cartilha do pragmatismo e fará de tudo para reeleger sua sucessora”

Quadro 12 – Repercussão do ato do presidente do STF nas instâncias políticas e partidárias (16/11/2013)

A *punição*, ao menos no dia da expedição dos mandados, é preservada. Mesmo os agentes políticos ligados aos réus presos temem se sobrepor à *autoridade* máxima do

poder Judiciário, tanto para não criar mais constrangimentos como para não prolongar o assunto que causou tamanho desconforto para o PT e outros partidos aliados.

A legenda, enquanto agremiação partidária, se manifestou de maneira contrária à maneira como o processo foi conduzido. A presidente Dilma Rousseff evitou o assunto, possivelmente para não se envolver pessoalmente no impasse, mas também para preservar, ainda que simbolicamente, as atribuições dos poderes independentes do país.

Fato é que a *punição* foi um enquadramento que permeou a cobertura na semana subsequente às prisões, quer seja na acepção do *exemplo*, da *redenção pública*, quer seja na situação de penúria com a qual os réus passaram a viver, de acordo com o que vai ficar demonstrado no próximo tópico.

4.3.3 Enquadramento de interesse humano

Os enquadramentos de interesse humano identificam aspectos da cobertura que levam à sensibilização do leitor/telespectador, seja por parâmetros afetivos positivos, seja por parâmetros afetivos depreciativos. Neste ponto, o que os jornais buscam é a identificação do seu interlocutor por outras razões que não as factuais.

Nas prisões dos envolvidos no “mensalão”, os enquadramentos de interesse humano foram identificados em duas situações predominantes: na rotina dos condenados na prisão e na inesperada fuga de um dos réus, o ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, para a Itália.

A rotina dos condenados que “entraram oficialmente no sistema prisional brasileiro”, conforme relatou a *FSP* no dia 19 de novembro, foi detalhada com minúcias pelos dois jornais a partir de 17 de novembro – dois dias após os réus se entregarem à Polícia Federal.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“Condenados terão 3 refeições diárias e tomarão banho frio” (...) “Os presos terão de se acostumar a condições espartanas de acomodação” (...) “Os próprios presos serão responsáveis por lavar suas vestimentas ou roupas de cama. Todas as peças têm de ser brancas ou em tons pastéis” (...) “Condenados do mensalão estão dividindo cela de 6 metros quadrados, tomando banho frio e comendo com colher de plástico” (...) “Dirceu, Genoino e Delúbio vão dividir a mesma cela”	“A primeira noite sem liberdade” (...) “Ambos fizeram à noite uma refeição leve (café, leite, frutas e iogurte), assistiram à TV e leram livros” (...) “Bem mais modestas, as instalações da PF em Belo Horizonte obrigaram os sete condenados que se apresentaram à PF mineira a passar uma noite bem menos confortável”

Quadro 13 – Referências à rotina na prisão (17, 18 e 19/11/2013)

Os primeiros dias da cobertura tentaram satisfazer espécie de curiosidade natural com relação à vida de um presidiário, desconhecida pela maioria da população, e inusitada por envolver agentes políticos. A *FSP*, por exemplo, publicou arte gráfica com a disposição dos ambientes nas celas, com dimensões e locais das camas e dos banheiros. *OESP* deu atenção para os livros que o ex-ministro José Dirceu levou para a carceragem.

As características do sistema prisional – em que pese eventuais “regalias”, tratadas adiante – reforçam o operador da *punição*, em oposição à *impunidade*, descritos anteriormente. De alguma forma, a “vida dura” na penitenciária ratifica a construção de um ideal de uma *desforra coletiva*, fomentada pelo ineditismo causado em uma prisão de figurões da política nacional.

Nota-se, com o avançar dos dias, que os dois jornais buscam, a partir de fontes não reveladas, instituir um modelo de hierarquização da cadeia, com especial destaque para a Penitenciária da Papuda (DF), para onde foram José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares, após passarem a primeira noite na carceragem da Polícia Federal em Brasília.

Neste ponto, os dois jornais observam que José Dirceu se torna a *autoridade* na cela – aquele que dá ordens e estipula a rotina dos companheiros de cela, mas também quem mantém a estabilidade emocional dos demais presos.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“No corredor, Dirceu cruzou com Genoino, que já havia sido fichado uma hora antes. ‘Tenhamos força’, disse ao abraçar o correligionário” (...).	“Acostumado a dar ordens, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu impõe a disciplina na prisão. Levanta bem cedo, faz ginástica, organiza temas para ‘debates’ e virou o ‘rei da cela’. É ele o mandachuva que passa as tarefas para os companheiros e decreta a hora de fazer exercícios, de ler, de caminhar e jogar conversa fora”.

Quadro 14 – Liderança emocional e organizacional de José Dirceu na cadeia (17 e 21/11/2013)

A evolução da cobertura identifica dois perfis diferentes para as figuras de José Genoino e José Dirceu. O primeiro ilustra o ápice da resignação provocada pela *autoridade*, que não lhe permite o tratamento domiciliar, a despeito de seu estado de saúde. O segundo, “acostumado a dar ordens”, aparece como alguém que em tese não se despoja de seu senso de liderança e de *autoridade* nem mesmo em uma situação de extrema privação.

Ambos os jornais relembram ainda que os dois políticos foram presos durante o Regime Militar e que esta, portanto, não é a primeira vez em que passam pelo cárcere. A postura “motivacional” de Dirceu, ademais, tentava induzir os colegas de cela à sensação de todos eram presos políticos – o que, de certa maneira, “amenizaria” simbolicamente o período de reclusão.

A característica *poliédrica* do evento, ligada aos *enquadramentos de interesse humano*, tem vieses alternantes. Vão da *sensibilização* provocada pela vida na cela, sobretudo no caso do réu Genoino, à *criminalização* dos envolvidos, provocada por supostas regalias a que os condenados teriam acesso.

Os dois jornais escalaram repórteres para ouvir familiares de outros presos da Penitenciária da Papuda, que relataram, em um primeiro momento, mudança de

comportamento dos carcereiros, e, em um segundo estágio, indignação com o fato de que os envolvidos no “mensalão” tinham direitos diferenciados enquanto estavam presos.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“Ao longo do dia, os petistas receberam visita de congressistas e familiares – o presidente do PT, Rui Falcão, também esteve lá. A movimentação gerou crítica de quem, desde a madrugada, guardava um lugar na fila para ingressar na Papuda”	“Parentes de outros detentos veem privilégios” (...) “‘Meu sonho é poder ligar para o diretor [da Papuda] e dizer que vou visitar meu marido na sexta ou depois do trabalho’, disse a esposa de um detento”. (...) “Promotoria pede isonomia nas vistas”

Quadro 15 – Suposto tratamento diferenciado para réus do “mensalão” (19 e 22/11/2013)

Conforme já mencionamos antes, a semana seguinte à prisão dos primeiros réus teve um episódio inesperado – a fuga de um dos condenados, o ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, condenado por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. O ex-dirigente se beneficiou de dupla nacionalidade para se refugiar na Itália.

O *modus operandi* da fuga intrigou *FSP* e *OESP*, sobretudo pelo grau de imprevisibilidade. De certa maneira, o evento que mais foge ao natural diante da expedição dos mandados de prisão é a fuga. Esta ocorrência *dramatizou* o fato e criou um roteiro paralelo de acontecimentos na cobertura dos dois veículos.

Considerado “antagonista” no suposto esquema, com seu gesto de fuga, Pizzolato conferiu suficientes razões para que a imprensa o conduzisse, ao menos temporariamente, para a condição de protagonista, sobretudo em função da complexa escapada para a Europa.

O que fica demonstrado, a partir das ocorrências dos nomes de José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares, em comparação com os demais réus, cuja prisão foi decretada, é que houve maior destaque nos desdobramentos dos mandados dos agentes políticos, esmaecendo a aparição de outros nomes importantes do processo, como o do publicitário Marcos Valério, tido como operador financeiro do suposto esquema.

Ainda assim, outros agentes políticos, que não são do Partido dos Trabalhadores – e que portanto não pertenciam à cúpula do governo à época, também têm menos

referências no período analisado, como é o caso do ex-deputado federal Romeu Queiroz (PSB-MG) .

Réu com mandado de prisão expedido em 16/11/13	Reportagens em que é mencionado (a) na <i>FSP</i>	Reportagens em que é mencionado (a) no <i>OESP</i>
José Genoino	29 reportagens	27 reportagens
José Dirceu	24 reportagens	21 reportagens
Henrique Pizzolato	22 reportagens	18 reportagens
Delúbio Soares	14 reportagens	16 reportagens
Marcos Valério	13 reportagens	9 reportagens
Kátia Rabello	8 reportagens	5 reportagens
Simone Vasconcelos	7 reportagens	4 reportagens
Romeu Queiroz	6 reportagens	7 reportagens
Cristiano Paz	5 reportagens	5 reportagens
José Roberto Salgado	4 reportagens	5 reportagens
Jacinto Lamas	3 reportagens	4 reportagens
Ramon Hollerbach	3 reportagens	6 reportagens

Quadro 16 – Número de reportagens que mencionaram os réus com mandado de prisão expedido em 15 de novembro de 2013

As menções ao chamado “núcleo político do mensalão”, representados naquela semana por José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares, são mais recorrentes que as reportagens dedicadas a outros réus – incluindo o principal operador financeiro do suposto esquema, o publicitário Marcos Valério, que também foi o condenado com maior pena.

A exceção a essa ordem de importância fica com Henrique Pizzolato. Sua fuga, seu gesto incerto e imprevisível lhe renderam aparições em 22 reportagens na *FSP* e 18 em *OESP*. Algumas delas são dedicadas a espécie de “biografia” do réu, como se fosse necessário apresentá-lo ao leitor, que antes era familiarizado apenas com integrantes da seara política. Talvez em função da *punição* pesar com maior carga simbólica sobre agentes políticos, de acordo com identificação do tópico anterior.

Com relação específica ao caso de Pizzolato, os dois jornais abordam aspecto da vida pessoal e familiar do ex-diretor do Banco do Brasil.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de São Paulo</i>
“Ao longo de mais de 30 anos no PT, na CUT e no setor bancário, onde fez carreira, foram muitos os toucinhos – com pouco ou muito cabelo – enfrentados. O mais cabeludo deles é o atual, como fugitivo internacional e, segundo amigos, sem dinheiro até para manter o apartamento onde vivia, no Rio. (...) “Ex-diretor do BB pensava em suicídio, dizem amigos” (...) “Meu filho fugiu” (...) “Descrente da Justiça do Brasil, o pai torce pela absolvição do filho na Itália. Mas lamenta que talvez não consiga nunca mais abraçá-lo”.	“Azar eleitoral marca carreira” (...) “O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, já deveria ter se acostumado com revezes em sua vida pública”

Quadro 17 – Aspectos pessoais de Henrique Pizzolato (17, 18 e 22/11/2013)

Em ambos os jornais, apenas uma reportagem, publicada no dia 17 de novembro, foi dedicada para esclarecer as razões pelas quais Pizzolato fora condenado. As demais se destinaram a espécie de “perfil” do réu, bem como à estratégia adotada para fugir do Brasil.

Dispostas as três categorias de análise, *autoridade*, *punição diante da impunidade* e *enquadramento de interesse pessoal*, passamos, a seguir, à identificação de operadores retóricos do mito, de Barthes, na cobertura de *FSP* e *OESP*.

4.4 O mito enquanto fala despolitizada nas reportagens

O *mito* é um agregador de estereótipos, conforme descrito e repetido neste estudo. Para Barthes, todo *mito* é uma mensagem, um sistema de comunicação que se vale de imagens e significados já arraigados – e que portanto possui “existência própria”, é superior à consciência crítica da audiência. Trata-se de uma “fala roubada”,

por ter sido apropriada, invariavelmente, por algum meio de comunicação de massa. Estas construções são encarregadas de transmitir um conceito intencional, nem falso, nem verdadeiro – conceitos suficientemente controversos – mas autoritário, acrítico e imanente.

Na cobertura em questão, o posicionamento adotado por *FSP* e *OESP* em seu material informativo corrobora estas características. Em última instância, recepcionam o *mito enquanto fala despolitizada*, conforme categorizado por Barthes, por razões expressas a seguir.

Segundo Barthes, “a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza” (2001, p. 163). Ao menos na semana que sucedeu a prisão dos primeiros envolvidos no esquema do “mensalão”, não há demonstração de interesse em situar o leitor a respeito dos fatos que antecederam a expedição dos mandados, como se as prisões fossem uma consequência *natural* e *inevitável* de um ato ilícito *consolidado* no imaginário coletivo.

De fato, os dois periódicos descrevem os crimes pelos quais os réus foram condenados, sobretudo nos primeiros dias de acompanhamento dos fatos, mas a oposição entre os poderes da *autoridade* e dos *réus* – evidenciada pelo tratamento diferenciado que obtiveram ministros do STF e condenados – reduz as interpretações do evento à oposição *disseminada* entre quem manda e quem obedece, quem comete crimes e quem é penalizado por isso, um mito maniqueísta difundido.

Ainda assim, a descrição a respeito dos crimes é puramente relatorial, sem qualquer definição ou glossário a respeito de quais são estes delitos e qual a relação entre estas práticas e o desenrolar do esquema.

Como se verificou na análise descritiva, os dois periódicos publicaram mais elementos de ordem *política* do que de ordem *jurídica* a respeito do caso. São mais recorrentes e diversificadas as expressões referentes ao “esquema”, ao “escândalo” e ao “mensalão” do que à “ação penal”, a “sentença” e os “recursos”.

Esta opção despolitiza o fato na medida em que reduz a discussão ao jogo de interesses e versões próprios da seara partidária-ideológica e das implicações que o caso pode ter para a dinâmica pessoal dos agentes públicos. Os posicionamentos contraditórios encontram espaço exíguo porque o contraditório está preso, resignado – e, quando encontra espaço para se manifestar, o faz por suplício, como no caso de José Genoíno, visualizado pela ótica do detento-doente, injustiçado por sua condição de

saúde, não pelas razões que o levaram ao cárcere. O drama do ex-deputado, de interesse estritamente pessoal, torna-se o epicentro de um jogo de versões muito mais complexo.

A *despolitização* também é manifestada pelo vácuo noticioso que separa os eventos do “mensalão”, o que não é de toda responsabilidade da imprensa. A morosidade de tramitação dos processos, os prazos de publicação e de recursos e, principalmente, o longo período que separou as denúncias do início do julgamento, em 2012, contribuíram para uma espécie de autonomização do caso.

O “mensalão” adquire existência própria na medida em que os pilares de sua criação são omitidos pelas próprias circunstâncias do evento ou pelas características do jornalismo diário, que preconiza instantaneidade, “objetividade” e outros elementos que divergem das características necessárias para a análise crítica dos acontecimentos.

A redução dos eventos às palavras *esquema* e *escândalo* faz uma economia de significado, principalmente no segundo caso. Embora seja um substantivo, a palavra escândalo é impregnada de asserções temporárias relevantes, sobretudo as que levam a crer que o fato em questão merece indignação e que os agentes políticos presos são protagonistas do *crime*, enquanto o STF é protagonista do *castigo*.

A palavra “mensalão”, um neologismo, foi utilizada quase 120 vezes pelos dois jornais na semana analisada, substituída outras 30 por “esquema” ou “escândalo” no mesmo período. Os periódicos optam ou pelo nome de batismo do caso, que adquire portanto existência própria e significado ulterior, ou por “sinônimos” que indicam um sistema engendrado, arquitetado – um estratagema, como *esquema*, *escândalo* ou *ação criminoso*.

Os elementos advindos da análise dos dois jornais nos conduzem à ideia de Barthes de que o mito é uma *ausência sensível*. Diz-se muito sobre o “mensalão” (mais de 100 ocorrências), bem como se privilegiam os agentes políticos envolvidos no caso, mas o contexto de forças políticas e até de versões se esvai na preocupação em mostrar a rotina dos presos na cadeia ou os esforços em vão para livrar um detento doente do cárcere.

O mito do “mensalão”, como todos os mitos, imobiliza. O caminho desta trajetória noticiosa é tranquilizar todos os não-envolvidos. Há *punição diante da impunidade*, há um preso doente resignado, mas, sobretudo, há *autoridade*, inquestionável até, quem sabe, pelos colegas de Corte. Pouco se pode fazer no momento em que a *autoridade* declara seu poder maior, o de cerceamento de liberdade de outrem. A complexidade do episódio é *pacificada* diante da inevitabilidade de seu desfecho. Os

dois periódicos traduzem, ao menos no conteúdo informativo, a hipótese de que a *prisão* encerra o *crime* e que se nada pode ser feito, até mesmo no caso dos réus, a crise está encerrada.

Barthes nos lembra de que existem mitos fortes e mitos fracos. Nos primeiros, como nos parece ser a abordagem em questão para o caso do “mensalão”, “a despolitização é abrupta” (2001, p. 164). Não é tênue a falta de contextualização nos dois jornais, nem mesmo indisfarçada a predileção dos periódicos por notar a sanção sofrida pelos agentes políticos, em detrimento dos agentes financeiros. Basta observar que a maior quantidade de reportagens foi dedicada a José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares – Henrique Pizzolato só fugiu à “lógica”, em razão da já demonstrada notoriedade de seu feito, a fuga. Ao restringir a gêneses das práticas ilícitas aos agentes públicos, os jornais reduzem a dinâmica da política nacional aos atos praticados por quem é mandatário ou por aqueles que o orbitam, secundarizando os efeitos dos agentes econômicos e as influências possíveis e prováveis dos segundos nas campanhas e nos mandatos dos primeiros.

A sentença a que foram condenados os agentes econômicos, ademais, foi maior que a aplicada aos nomes da esfera política – em descompasso com o destaque aferido para os réus do núcleo financeiro nos dois periódicos.

A “novidade” da vida no cárcere por quem, até então, frequentava apenas redutos políticos e debates influentes, é explorada como efetivamente um *novo padrão de vida*. Observa-se que, nos dois jornais, em três dias da cobertura, houve o estabelecimento de pautas que abordassem “a vida na prisão”, como nominou a *FSP*, ou os “dias sem liberdade”, segundo categorização do *OESP*.

Estas reportagens, características do *enquadramento de interesse humano*, despolitizam o assunto na medida em que adotam aspectos de sensibilização do leitor, quer seja por vieses positivos ou solidários (o estado de saúde de Genoino), ou depreciativos (o fato de José Dirceu, ainda que preso, assumir o papel de autoridade-mor na cela).

É preciso ressaltar ainda que o mito de Barthes é *indutivo*. Em que pesem, no plano do conteúdo, tentativas de minimizar os efeitos das percepções temporárias, “a primeira impressão é a que fica”. Neste sentido, a construção da prisão do mensalão como um fenômeno *natural* e *autônomo* – cuja existência depende apenas da autoridade – é a que permanece, mesmo que haja, no percurso da cobertura, eventuais críticas à postura de Joaquim Barbosa. Como identificaremos adiante, o espaço para o

contraditório existe, mas é exíguo e declaratório – reforçando o caráter indutivo de interpretação.

As imagens de José Genoíno e José Dirceu, publicadas nas primeiras páginas dos dois jornais no dia seguintes às prisões, conduzem o acompanhamento do caso para uma interpretação pré-determinada, não apenas por opções editoriais, mas, muito mais que isso, pelas características simbólicas deste cenário: há alguém certo (a polícia, o Estado, a República, a Corte, quem manda) e há alguém errado (o bandido, o transgressor, o usurpador, o réu, quem obedece).

Os dois personagens, a princípio, parecem se imiscuir em um sistema de significados que vai além da sanção recebida por eventuais crimes. Ambos, ao se entregarem à polícia, ergueram o braço esquerdo, “em sinal de resistência”, como observaram os dois jornais. Genoíno deixou sua casa enrolado em uma cortina onde se lia um poema de Mário Quintana. Na “recepção”, na sede da PF em Brasília, alguém providenciara o hino da Internacional Comunista. Tudo isso, há que se salientar, no dia do feriado da Proclamação da República.

Trata-se de um mosaico de informações e referências que não fica esclarecido, mas fica *pacificado* – já que o *mito* imobiliza, de forma acrítica, todas as eventuais arestas que podem ter remanescido de um processo simbólico, complexo e histórico.

4.4.1 A omissão da história nas reportagens

A partir deste ponto, passamos a identificar eventuais características das duas abordagens jornalísticas que podem contribuir para a *omissão da história*, um dos principais operadores retóricos do mito, segundo Barthes.

No mito, a história se “evapora” e dá lugar à naturalização. Os eventos são imobilizados e destituídos de seu contexto. Ganham autonomia e existência própria, alheia a qualquer outro acontecimento.

É necessário ressaltar que a rotina de produção jornalística pressupõe o acompanhamento, na medida do possível e da potencialidade da plataforma do meio de comunicação, da instantaneidade dos eventos. Neste sentido, é evidente que não se espera de um jornal diário, diante de um inesperado fato sentenciado em um feriado nacional, que todos os fatos ocorridos naquela data sejam suficientemente reportados e contextualizados na edição seguinte.

A *omissão da história*, ademais, se parece muito menos com a *falta* de explicações a respeito da causalidade dos fatos e muito mais com o *excesso* de informações secundárias, derivadas, fruto de tentativas – intencionais ou não, jamais se atestará – de transformar eventos complexos e poliédricos em ocorrências inteligíveis e atraentes.

Como Barthes nos diz, a *omissão da história* é como a “empregada ideal”, que faz seu serviço e desaparece, sem ser notada. O “serviço”, o discurso e o contexto existem, mas são sobrepujados por outros discursos e contextos repetidos. É preciso ressaltar que a construção de *estereótipos* não advém de outra forma que não da *repetição*.

O “mensalão” é uma repetição aglutinada – mencionado à exaustão desde 2005, quando do surgimento das primeiras denúncias – ao ponto de se tornar um verbete político, que significou neste período tanto o pagamento de propina a parlamentares quanto o a utilização de métodos pouco ortodoxos de captação de dinheiro para campanhas eleitorais.

Foi desta forma que foram batizados ao menos três episódios deflagrados após o surgimento do “mensalão” original. Ainda em 2005, enquanto desenrolavam as principais denúncias envolvendo a cúpula do PT, o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), foi acusado pelo dono de um restaurante do Congresso de cobrar uma mesada de R\$ 10 mil para que o estabelecimento fosse mantido na Casa. A acusação culminou na renúncia do parlamentar, no caso que ficou conhecido como “mensalinho”.

Novamente, temos uma economia de significado, por meio de um diminutivo do qual se depreende que este caso foi menor, mais simples, menos engendrado e menos complexo que o seu termo originário.

Outro episódio derivado foi o “mensalão tucano”, surgido em meio aos depoimentos das investigações do “mensalão”. Também por intermédio do publicitário Marcos Valério, o ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB) teria utilizado recursos de estatais para captar dinheiro para sua campanha à reeleição em 1998.

Na semana da prisão dos envolvidos no “mensalão”, os dois jornais retomaram o andamento do processo do “mensalão mineiro”, também batizado de “valerioduto tucano” e “mensalão tucano”.

Jornal	Data	Título
<i>Folha de S. Paulo</i>	19/11/2014	“Mensalão tucano fica para 2014”
<i>O Estado de S. Paulo</i>	19/11/2014	“PSDB esconde Azeredo e elogia atuação do STF”

Quadro 18 – Referências ao ex-governador Eduardo Azeredo

Ambos os jornais dedicaram duas reportagens, no mesmo dia, para tratar do “mensalão mineiro”. A reportagem foi provocada por promovido pelo PSDB em Minas Gerais no dia 18 de novembro, para comemorar 30 anos de carta assinada pelos ex-governadores Franco Montoro (SP) e Tancredo Neves (MG) em favor das Diretas Já. A ausência de Azeredo foi notada e os dois periódicos abordaram em qual estágio estava o processo que o tucano respondia junto ao STF.

Outro “derivado” do caso de 2005 foi o “mensalão do DEM”, protagonizado pelo ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Com o mesmo “roteiro” – o suposto pagamento de propina a deputados distritais – o esquema foi denunciado ao STF em 2012. Arruda chegou a ser condenado e preso por improbidade administrativa em 2010, mas, já solto, anunciou pré-candidatura ao governo do Distrito Federal em 2014, pelo PR.

É possível interpretar que, portanto, o “mensalão” se tornou um sinônimo de corrupção envolvendo mandatários do Poder Executivo e parlamentares, usualmente em casos de captação ilícita de recursos para campanha e pagamento de propina para manutenção de apoio no Poder Legislativo.

A opção por este termo, um neologismo, se dá em função da repetição sistemática de suas ocorrências na imprensa e na seara política. O “mensalão” passa a ter existência própria, não precisa mais ser explicado, sua *história* não precisa mais ser *explicitada* – e, portanto, é *omitida* desde o momento em que basta, para seu entendimento (ainda que superficial), sua aparição.

É o que se observa nas duas manchetes dos jornais no dia 16 de novembro: “Dirceu, Valério, Genoino e outros condenados do mensalão são presos” (*OESP*) e “Dirceu, Genoino e mais 8 réus do mensalão se entregam à PF” (*FSP*). Os diários se valeram da autonomização pela qual o esquema passou ao longo dos anos – porque, de certa forma, o “apelido” dado ao pagamento de propina a parlamentares já basta para identificação do fato.

Em uma bem-sucedida metáfora a respeito dos mitos, Barthes sustenta que “à custa de acumular tijolos, acaba-se construindo uma parede”. A repetição sistemática de um termo (“mensalão”) sem sua devida explicação acaba a dispensando. É a lógica fundadora do estereótipo dos raciocínios tautológicos – um outro operador retórico indicado pelo autor.

Seria deliberado afirmar que a imprensa – e os dois jornais em questão – optaram por esta economia de significados propositadamente. Como já reiterado, é inerente à rotina diária do jornalismo o esforço de reunir a maior quantidade de informações a respeito dos fatos e em menos tempo. Neste sentido, seria ilógico prezar pela contextualização excessiva das ocorrências, sobretudo de um acontecimento político da magnitude do “mensalão”, sobre o qual se presume o mínimo de conhecimento prévio por parte do leitor.

Os periódicos, no entanto, *optaram* por alguns caminhos de cobertura e tratamento editorial dos personagens. Os réus, como já discutido no item anterior, são referenciados com uma gama muito maior de referências e sinônimos – enquanto a autoridade obtém um tratamento mais sóbrio e menos complexo. Os desdobramentos políticos do episódio recebem maior atenção (quantitativa e qualitativa), ao passo que os trâmites legais são menos desenvolvidos.

Ao longo daquela semana, estas opções se repetiram e agregaram estereótipos. A *história* fundadora do “mensalão”, com as divergências naturais de uma ação penal desta complexidade, foi omitida por um poliedro informacional que pacifica e naturaliza, em vez de problematizar e dialogar, conforme se esperaria de dois dos maiores jornais do país.

4.4.3 A identificação, nas reportagens

No plano do mito, não existe o *outro*. Os discursos são sempre edificadas de maneira a aproximar o interlocutor do evento de maneira tal que ele próprio se torne o objeto da narrativa.

A imprensa diária nos dá demonstrações recorrentes desta estratégia, sobretudo em ocorrências que capazes de motivar a *sensibilização coletiva*, notadamente em fatos policiais de grande vulto, envolvendo crimes bárbaros ou vítimas tecnicamente indefesas. Nestes episódios, costuma-se dramatizar e simular os crimes exaustivamente, de maneira a aproximar o leitor/telespectador de forma tal que usuário da informação e

o *outro* (quem morreu, seus familiares) se tornem o mesmo elemento. Ao mesmo tempo, quem é diferente – no caso, quem subverte a ordem e comete crimes – é prontamente distanciado, para manter o equilíbrio e a pacificação presentes no mito.

PIANA (2012) analisou capas de 10 edições de três revistas nacionais sobre o assassinato da garota Isabella Nardone, atirada da janela do apartamento onde morava o pai e a madrasta, condenados pelo crime. A autora observa que em um dos semanários (*Veja*) houve tentativas de pré-julgar os acusados (2010, p. 122) e em todos o estabelecimento de uma “idolatria imagética póstuma”, ou seja, referências de representação que transformavam a vítima em um ídolo, mesmo que até então desconhecido.

PRIMO (2009) compara a cobertura deste mesmo caso com o da garota inglesa Madeleine, que desapareceu durante viagem da família a Portugal. O foco da análise é o debate público provocado em ambos os episódios na rede de microblogs Twitter. Neste caso, como o interlocutor também é produtor de conteúdo, não necessariamente “aceita explicações maniqueístas” (2009, p. 14)

Casos de repercussão descomunal, como os citados, favorecem a ocorrência da *identificação* porque há blocos interpretativos muito distintos, normalmente fomentados pelas noções arraigadas de *bem* e de *mal*. Para Barthes, existem pequenas consciências e pequenos simulacros a respeito de figuras criminosas, como o bandido, o pederasta, etc. Julgamentos, de uma forma geral, catalisam esses simulacros porque distanciam o *outro*, desencaminhado, dos demais cidadãos.

Há, no caso em análise, aproximação com a figura da *autoridade*, que deixa clara esta oposição entre bem e mal ao sentenciar a prisão. Esta aproximação, curiosamente, se dá justamente pelo *distanciamento crítico* ou de *juízos de valor* que os dois jornais tiveram ao nomear o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, sempre referenciado por sua ocupação na Corte. Ao evitar adjetivos ou palavras impregnadas de outros significados para mencionar Barbosa, os dois periódicos acabam por criar uma identificação pelo respeito. Identifica-se nesta figura, que por ser distante dos demais merece equilíbrio inclusive na escolha dos verbetes, a voz máxima da autoridade e da *desforra coletiva*.

Por outro lado, os réus – e seu vasto arcabouço de referências – são identificados por *aproximação crítica*, na medida em que a própria condição já lhe imputa possíveis *juízos de valor* ulteriores. Se eles estão presos, presume-se, cometeram crimes. Até que

se libertem ou consigam encontrar espaço para manifestações contraditórias, serão *repelidos*.

4.4.4 A quantificação da qualidade, nas reportagens

Números, no mito, são mais expressivos que seus fatos geradores. Em outras palavras, agregam mais sentido por “economizar” – termo adotado por Barthes – raciocínios que deveriam ser aplicados nas questões subjetivas.

Em outro estudo (2013), verificamos como esta estratégia se fez demonstrar em capas de jornais diários publicados no dia seguinte à dosimetria das penas, que é o cálculo feito para estipulação específica das punições, como por quanto tempo cada réu ficará preso.

Embora não seja objeto específico desta análise, observa-se que a *quantificação da qualidade* é uma figura retórica que permeou o “mensalão” desde sua gênese, passando pelo julgamento e culminando nas prisões.

Inicialmente, verificamos esta prevalência em jornais publicados no dia 13 de novembro de 2012, após a dosimetria para os crimes cometidos pelo ex-ministro José Dirceu.



Figuras 3, 4, 5 e 6– Capas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal de Santa Catarina* e *Estado de Minas* no dia 13 de novembro de 2012

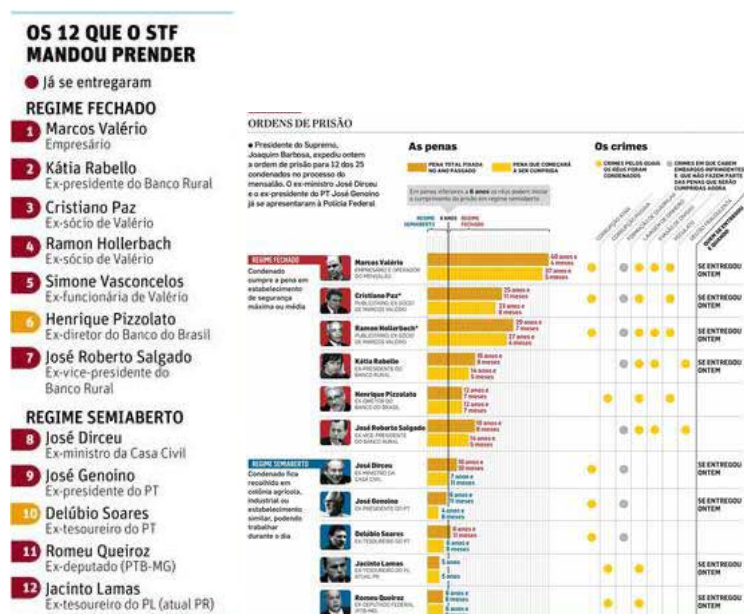
Para além dos recursos gráficos utilizados para ilustrar a reportagem, como fotografias e charges (em *O Globo*), a quantidade de anos de prisão a que o ex-ministro José Dirceu foi condenado recebeu maior destaque que os próprios crimes que ele cometera. O *Jornal de Santa Catarina* descreve o “currículo” do político por meio de números: “4 anos de exílio em Cuba; 5 anos de clandestinidade no Paraná; 12 anos

como deputado estadual e federal; 2 anos como ministro mais poderoso do país; 10 anos de cadeia por formação de quadrilha e corrupção ativa”. O *Estado de Minas* também destaca a pena, logo abaixo da frase “Perdeu Dirceu”. O *Globo* nem sequer cita o crime pelo qual o ex-ministro fora condenado. A predileção pela quantidade simplifica o entendimento na medida em que converte fatos complexos em sínteses numéricas.

Nota-se na *FSP* já daquela época a preocupação em destacar com maior ênfase as punições a que foram submetidos os agentes políticos do “mensalão”. Dirceu, alçado ao título, é ladeado de José Genoíno e Delúbio Soares, também afetados pela dosimetria, assim como outros réus do chamado “núcleo financeiro” e até outros políticos, não ligados ao Partido dos Trabalhadores.

De todo modo, o destaque dado à quantidade de anos que o ex-ministro José Dirceu ficaria preso chama a atenção, sobretudo porque em tese vem relacionado a um crime que não existe no Código Penal – o crime de “chefiar mensalões”. Dirceu foi condenado por formação de quadrilha e corrupção ativa, mas novamente o “mensalão” adquire autonomização e se basta do ponto de vista do significado.

Na cobertura das primeiras prisões dos réus, objeto desta análise, a *quantificação da qualidade* também é observável, sobretudo no primeiro dia subsequente às detenções. No dia 16 de novembro, *OESP* e *FSP* adotaram este recurso retórico nas artes gráficas dispostas nas páginas para esclarecer a que crimes os réus foram condenados ou por quanto tempo.



Figuras 7 e 8 – Representação gráfica das penas a que os condenados do “mensalão” foram submetidos, em *FSP* e *OESP*, no dia 16/11/2013

O conteúdo gráfico elucida a opção pela *quantificação* dos réus, em detrimento da *qualificação* dos condenados. Na *FSP*, a listagem dos “12 que o STF mandou prender” não traz sequer os crimes sentenciados no ano anterior. Mais analítico, *OESP* discrimina as penas e os crimes, mas restringe às reportagens as explicações a respeito da suposta participação de cada um dos envolvidos no esquema.

No dia 17 de novembro, *FSP* faz espécie de síntese do caso, assinada pelo colunista Marcelo Coelho. Prometendo “examinar as principais controvérsias do julgamento do mensalão”, a reportagem traz dez tópicos no formato perguntas e respostas, que explicam em poucas linhas questões como “Foi o maior escândalo político da história do país?” ou “O Supremo Tribunal Federal decidiu pressionado pela mídia?”



Figura 9 – “Dez questões de ordem”, publicadas na *FSP* em 17/11/2013

Por critérios editoriais, a *FSP* decide dez questões essenciais para entender o caso do “mensalão”. Alia assuntos técnicos e políticos e distingue pouco ambos, inclusive espacialmente. Transforma um episódio complexo e poliédrico em uma página sumariadora, inteligível e interessante.

Para Barthes, todos os mitos são quantificáveis porque há uma espécie de necessidade discursiva de transformar elementos reais em números. Ao adotar as “dez questões de ordem”, *FSP* quantifica o episódio do “mensalão” em dez pequenos

capítulos, dispostos na página como se tivessem relação estreita ou como se fossem somente esses os excertos da “trama noticiosa”.

4.4.5 O contraditório-declaratório

Não seria equilibrado encerrar a análise interpretativa dos dados coletados sem salientar que ambos os jornais dedicaram espaço em parte dos sete dias de cobertura para que os próprios réus, seus advogados ou correligionários defendessem seus pontos de vista em meio às sentenças que os conduziram à prisão.

É possível identificar que *FSP* e *OESP*, neste aspecto, projetaram o “outro lado” sempre na perspectiva declaratória – ou seja, o que o “outro lado” *disse* sobre os eventos. Enquanto o plano da *autoridade* manda, sentencia, condena, o plano do réu *diz*, *argumenta*, *questiona*.

Das 49 reportagens publicadas em ambos os jornais nos sete dias analisados, 15 foram dedicadas às versões dos acusados, sendo 8 em *FSP* e 7 em *OESP*, que também publicaram íntegras de cartas divulgadas por José Genoino e José Dirceu em decorrência das sentenças. Uma destas matérias foi manchete de *OESP*, no dia 18 de novembro.

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
“Dirceu diz ser ‘preso político’ e critica STF”; “Execução das penas fere ampla defesa, diz PT”; “Advogado afirma que Jefferson precisa de tratamento médico”; “Tentam julgar história do PT, diz ex-ministro”; “Prisão em regime mais grave é ilegal, diz ministro”; “Presidente do STF põs vida de Genoino em risco, afirma PT”; “‘Minha vida foi devassada’, diz ex-diretor em carta”; “Ex-diretor do BB pensava em suicídio, dizem amigos”	“‘Sou inocente, sou um preso político’, afirma ex-presidente do PT”; “Ex-ministro se diz alvo de ‘sentença espúria’ do STF”; “Delúbio se entrega em Brasília e também afirma ser ‘preso político’”; “Dirceu diz que está preso ilegalmente e advogados cobram regime semiaberto”; “PT fala em prisão arbitrária; Dilma se mostra preocupada com Genoino”; “Em carta, condenados presos dizem que não aceitam ‘humilhação’”; “Dilma sobre Genoino: ‘É questão de humanidade’”

Quadro 19 – Reportagens dedicadas às versões dos réus ou às interpretações de correligionários

A maioria das reportagens possui termos declaratórios fruto de verbos de elocução – sobretudo afirmar e dizer. Com isso, boa parte das matérias produzidas em função das versões dos condenados, quer seja por eles próprios, quer seja por intermédio de terceiros, traduz novamente a oposição entre a *autoridade* e a *não-autoridade*, resignada, impotente, que nada tem a fazer senão dizer algo em sua defesa.

É notável que a mesma opção pelos verbos de elocução não seja adotada nas reportagens que abordam os atos do Poder Judiciário, como as cartas de sentença, por exemplo. Nestes casos, como já demonstrado, os periódicos admitem as versões da *autoridade* sem recorrer a verbos que designam a ela o discurso.

Os jornais assumem as asserções da *autoridade* (“Os 12 que o STF mandou prender”, em *FSP*, ou “Corte não deve mudar execução das penas de condenados”, em *OESP*), mas não assume as asserções das *não-autoridades*. Prefere projetá-las na voz dos próprios, sabidamente menos influente para o curso dos acontecimentos que o plano dos magistrados.

A *asserção temporária* criada em *FSP* e *OESP* é a de que os primeiros réus do “mensalão” foram presos em atendimento à voz da *autoridade*, inquestionável o suficiente para que as publicações não se detivessem em esclarecer por quais razões ou sob quais circunstâncias estes personagens se entregaram. Quando o fizeram, “terceirizaram” a asserção para a voz dos próprios condenados.

Neste sentido, o que os réus têm a dizer assume caráter menos significativo no momento em que tanta admissão da postura da *autoridade* fica demonstrada, ainda mais considerando um cenário de *impunidade*, em que poucas vezes se vêem políticos presos. Os réus *dizem, afirmam*, sem a mesma disposição discursiva, dos jornais, para que haja quem lhes ouça.

4.4.6 Síntese comparativa: o cartel informativo

A semelhança nas coberturas da *FSP* e de *OESP* é notável dos pontos de vista quantitativo e qualitativo. Na semana que sucedeu as prisões, nenhum jornal noticiou algum fato ou desdobramento que também não esteja contemplado no outro – com pequenas diferenças quanto ao destaque dedicado para cada matéria.

Em ambos os periódicos, as prisões e seus desdobramentos só não foram manchete em um dia entre os sete analisados. Versões contraditórias renderam a matéria

de “primeira página” em um dia, ainda assim apenas no *OESP*. Das sete edições escolhidas para esta análise, quatro tiveram os mesmos assuntos abordados na manchete nos dois diários.

Os personagens que “mereceram” a maior quantidade de matérias são os mesmos – todos do chamado “núcleo político”, à exceção de Henrique Pizzolato, em função de sua fuga.

Há também uma linha editorial bastante semelhante em *FSP* e *OESP*. Estas características serão aqui chamadas de *evolução narrativa* – que representa os estágios pelos quais os jornais avançaram entre o primeiro e o último dia analisado.

As *asserções temporárias* propiciadas pelos dois jornais levam a crer que os réus são efetivamente culpados. A princípio, porque se entregaram sem resistência, se julgaram presos políticos e receberam pequena solidariedade de correligionários (16/11). Adiante, porque foram inseridos no sistema prisional brasileiro, com poucas acomodações em vista das que desfrutavam (17/11) e, no caso de José Genoino, não conseguia a liberdade mesmo diante de seu estado de saúde (toda a cobertura). A *evolução narrativa*, no caso dos réus, vai da surpresa causada pelos mandados de prisão no feriado de Proclamação da República à consolidação de seus novos papéis sociais, de presidiários – o que coaduna com a teoria de que os mitos rumam para a *pacificação* das crises institucionais.

No plano da *autoridade*, a *evolução narrativa* é menos robusta. A *asserção temporária*, que aos poucos se consolida, é a de que apenas Joaquim Barbosa detinha o poder para sentenciar as prisões e que, a despeito até mesmo de eventuais questionamentos dos colegas de Corte, seus atos são inquestionáveis.

Há pelo menos duas grandes coberturas paralelas à principal – que é a prisão dos réus. Uma delas, que permeia todas as edições de 16 a 22 de novembro, traz os desdobramentos da fuga do ex-diretor do Banco do Brasil. A outra, de *interesse pessoal*, destaca a rotina dos presos.

Sobre esta última cobertura, é necessário salientar que *FSP* e *OESP* se baseiam em apurações com fontes não-reveladas, já que os repórteres dos dois periódicos não tiveram, evidentemente, acesso aos presídios em Brasília e em Belo Horizonte, para onde foram encaminhados os detentos. A gama de informações trazidas a respeito da rotina no cárcere (liderança de José Dirceu, depressão de José Genoino, refeições, livros, etc.) é coletada por meio de fontes anônimas ou reveladas superficialmente, procedimento também conhecido como apuração “em off”.

É evidente também a adoção do parâmetro aqui delineado como *contraditório-declaratório*, em ambos os diários, que sistematizaram os pontos de vista dos réus com vistas a deixar claro que se tratava de uma *versão*, e não de um *fato*. O mesmo procedimento não foi adotado para ouvir o que tinha a dizer o presidente do STF, Joaquim Barbosa, quando sua medida de expedir os mandados de prisão no feriado e não discriminar o regime da pena foi questionada, inclusive pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. *FSP* e *OESP*, a propósito, não demonstram nem sequer ter tentado ouvir Barbosa (ou sua assessoria) a esse respeito, o que desqualifica ou ao menos minimiza as críticas a que o processo foi submetido.

A *evolução narrativa*, portanto, é muito semelhante nos dois jornais, e pode ser sistematizada da seguinte forma: a) os réus se entregam em cumprimento a mandado de prisão, expedido em feriado nacional. Um deles foge; b) o procedimento determinado pelo ministro Joaquim Barbosa causa revolta entre correligionários, mas alta cúpula do governo evita o assunto; c) presos têm menos conforto que na vida que levavam, mas famílias de demais detentos questionam supostas “regalias”; d) Pizzolato é considerado foragido da Justiça; e) Presidente Dilma Rousseff e outros petistas demonstram preocupação com a saúde de José Genoino; f) Congresso “desafia” STF e leva a plenário decisão sobre cassação de Genoino; g) Hierarquia é estabelecida na rotina do cárcere; h) Genoino é liberado temporariamente para tratamento fora da prisão.

No plano informativo, há poucos conteúdos exclusivos de um jornal. No geral, *FSP* e *OESP* buscaram se diferenciar por meio de análises e entrevistas. *OESP*, por exemplo, entrevistou o ex-deputado Roberto Jefferson um dia antes da *FSP*. Já *FSP* ouviu o pai de Henrique Pizzolato, que falou sobre a fuga do filho. No plano analítico, *OESP* consultou advogados e professores universitários a respeito da forma como foi conduzido o cumprimento das penas. *FSP* buscou no próprio corpo de colunistas aqueles que pudessem opinar sobre o tema.

Ao final daquela semana, os dois periódicos abordaram os mesmos assuntos, ainda que não nas mesmas edições. A semelhança no relato dos acontecimentos sinaliza para um *enquadramento comum* nos dois principais jornais do estado de São Paulo. A busca pela diferenciação (e, portanto, pelo leitor), ao menos neste caso, não se deu por meio de reportagens exclusivas – que usualmente dosa a concorrência jornalística. A *evolução narrativa* foi a mesma e *FSP* e *OESP* se diferenciaram apenas pelo conteúdo analítico-opinativo, conforme já manifestado.

A condução *monótona* do assunto – sem diferenciações no plano editorial – cria um sistema noticioso de *retroreforço*. Como os fatos são abordados praticamente da mesma forma – inclusive com o mesmo destaque e em edições coincidentes – há pouco ou nenhum espaço para diálogo na produção de conteúdo. Em outras palavras, uma publicação valida o que a outra reportou, criando, desta vez, uma estabilização do debate público. Se uma das características do *mito* é sua blindagem ao questionamento, ao operarem em sincronia na cobertura de um evento político desta significância, *FSP* e *OESP*, se não reforçam um *mito*, ao menos o impedem de ser posto à prova.

A diversidade de informações não deve ser reduzida a um mero processo que auxilie na *escolha* da audiência por determinado veículo de comunicação, mas como um pilar da *formação* do debate plural e democrático. O excesso de semelhanças (inclusive no âmbito quantitativo) cria uma espécie de *cartel informativo* – afasta os leitores da criticidade recomendada para a análise equilibrada de episódios complexos.

O *cartel informativo* não se forma apenas da escolha das mesmas palavras e expressões, e nem propriamente do *agendamento* a que os veículos de comunicação se sujeitam, mas principalmente das opções de *abordagens editoriais* e *enquadramentos* semelhantes.

Trata-se de uma convergência hegemônica, ou ao menos editorial, que pode ser motivada tanto por visões ideológicas consonantes ou até mesmo pela relação entre jornalistas das duas empresas, transmitindo estilos, ênfases e intencionalidades. A expressão cartel, no entanto, indica uma metáfora a respeito deste procedimento – e não propriamente um adoção ardilosa e/ou conspiratória de manifestações parecidas.

Como sinaliza Habermas (1984), no caso da esfera pública midiaticizada, “o consenso na questão torna-se grandemente supérfluo, devido ao consenso no procedimento” (1984, p. 194). É possível deduzir que os dois periódicos adotaram, a menos no recorte estudado, certo “consenso de procedimento”, que ao final, recria o “consenso na questão”, sedimentando, em última análise, o *senso comum*, figura elementar dos estereótipos.

4.4.7 Os operadores retóricos como elementos do jornalismo

Há que se considerar, neste estágio, que muitas das características observadas no material analisado não são específicas da amostra – mas sim inerentes ao processo jornalístico comercial. Tal consideração se faz necessária para entendermos os

operadores retóricos do mito no jornalismo não apenas como *derivados* de um sistema *intencional* de significação, mas como *fundadores* de um aparelho ora *intencional*, ora *inevitável*, de *ressignificação*. Em outras palavras, os *operadores retóricos* são anteriores à narrativa jornalística e, somados às condições próprias deste ofício, reapresentam versões a respeito dos fatos.

Algumas destas características próprias da produção jornalística já foram demonstradas – como a necessidade, no caso da plataforma impressa e diária, de compilar os eventos de um dia para relatá-los no subsequente, o *imediatismo*. Esta condição natural, em tese, repele a contextualização aprofundada dos assuntos, em razão de não haver tempo e quiçá pessoal suficientes para dar conta de todos os temas. Neste sentido, é presumível que, sobretudo, os primeiros dias de uma cobertura extensa e complexa não abranja mais do que recortes parciais dos acontecimentos.

Outra noção global do jornalismo – e não apenas da amostra analisada – é a vocação para reportar os eventos inéditos e recentes. Conforme já defendido, a notícia cria uma *asserção temporária* que tende a se cristalizar, justamente porque a audiência não teve contato direto ou pessoal com o fato. A reportagem, que deveria ser *uma* versão do acontecimento, é na verdade a *primeira* e boa parte das vezes a *única* versão com que o leitor/telespectador tem contato.

Para Zelizer (1992), que analisou a cobertura da morte do presidente norte-americano John Kennedy, “há uma relação de igual para igual entre o que os jornalistas dizem e aquilo em que a audiência acredita”. A autora indica ainda que os profissionais da imprensa são os “porta-vozes preferenciais da história”, o que implica em dizer que suas falas se perpetuam como referências históricas – contraditoriamente à adesão a sua *omissão*.

Estas duas primeiras características, a *imediatismo* e o *ineditismo*, podem ser consideradas propriedades *inevitáveis* de ressignificação. O jornalista não consegue vencer o tempo e muito menos a condição inerente a sua profissão que é o relato de experiências inéditas.

Especificamente sobre a cobertura estudada, torna-se arbitrário supor que houvesse condições técnicas, *FSP* e *OESP* amplificariam ao máximo o espectro de suas produções ao ponto de equivaler o fato (as prisões) a seus antecedentes (as denúncias, o processo, etc.).

Entretanto, se são *inevitáveis* estas condições, não menos *imponderável* é sua consequência, a saber: na medida em que privilegia o fato mais recente e, em função

dos prazos comuns à rotina jornalística, o jornal priva o leitor/telespectador de abordagens paralelas, criando um roteiro único de *evolução narrativa*.

Se a notícia se constrói a partir de um fato inédito, como o usuário da informação assimila o conteúdo que em tese nunca foi apresentado? A resposta pode ser *mediante re-apresentações*. Em vez de explicar à exaustão o que significou o “mensalão” a cada vez que o termo é citado, os jornais optam por aderir o novo verbete a prováveis sinônimos. Aos poucos, “mensalão” se cristaliza como o mesmo que “corrupção”, “propina”, etc.

Desta forma, os jornais criam uma economia de significado (característica do mito) que age em favor da economia de tempo (desnecessidade de explicação do termo) e – pode-se supor – das escolhas editoriais dos periódicos.

O *enquadramento de interesse humano*, evidenciado no detalhamento da vida dos réus na prisão, elucida outro componente próprio ao jornalismo, que é a tendência à personificação das histórias, assemelhando os relatos, do ponto de vista narrativo, aos textos literários.

A oposição entre *crime* e *castigo*, estabelecida como uma relação de *causa e consequência* no âmbito jurídico, recebe tratamento de *dramaticidade* na cobertura jornalística. A intenção é aproximar o leitor de uma seara normalmente exótica – com a qual a maioria das pessoas só tem contato por meio da ficção, em novelas ou filmes.

A entrevista com o pai de Henrique Pizzolato, em *FSP*, tem elementos de *dramaticidade*, que buscam a *identificação* com o público-leitor. O texto tem alta carga afetiva, demonstra o desconsolo do pai com a prisão e a fuga do filho (“Meu filho fugiu”, é o título da reportagem), e contribui pouco para o entendimento do caso (os antecedentes da prisão), mas muito para estabelecer uma relação emocional entre envolvidos e o leitor.

Barthes detalha que a função do mito é “evacuar o real”, ou seja, descaracterizar o fato enquanto um evento histórico e transformá-lo em uma segunda fala, não irreal, mas re-apresentada. A carga ficcional de um texto jornalístico *naturaliza* uma *invenção estética*. *Reporta* – na condição de “recorte da verdade” – uma criação *dramatúrgica*.

Esta condição, ao contrário das primeiras relatadas neste tópico, é *intencional*. Cabe ao repórter e às definições editoriais do veículo a dosagem entre o texto *contraído* e o texto *descontraído*, entre a construção *factual-informativa* e a *ficcional*.

Por fim, postura recorrente da imprensa pode ser observada nesta e em outras amostras: a tendência dos veículos de comunicação comerciais para a ratificação da ordem, da *legitimação* das ordens emanadas dos organismos institucionais.

A contribuição da imprensa para questionar eventuais desvios legais, sobretudo na seara política, é acompanhada de pouco enfrentamento dos principais pilares de estabelecimento do *status quo*. Exemplo singular desta falta de disposição é o direito à propriedade, preservado como imaculado no tratamento destinado à atuação de movimentos sociais que reivindicam a redistribuição de renda e de terra.

Por se tratar de empresas e – no caso dos dois periódicos analisados – ter como audiência preferencial famílias das classes A e B, os veículos de comunicação atendem às principais demandas deste segmento social, para o qual, sem dúvida, é mais seguro zelar pela rigidez das instituições e o respeito a suas diretrizes e determinações.

Em outro tempo, é o que Barthes nomearia de tendência *pacificadora* do mito, que *imobiliza* o re-apresentar conceitos de forma *naturalizada*, sem composição *histórica*, como se fossem únicos e inescapáveis.

Motta nos lembra que Barthes não é um “revelador de verdades”, mas um “caçador de censuras”. Se também reforçarmos que o estereótipo não é o impedimento do dizer, mas a obrigação em dizer, podemos inferir que a construção do episódio das prisões dos envolvidos no “mensalão” foi sustentada por operadores retóricos que coadunam com a hipótese de que esta cobertura reforçou um *mito* criado desde as primeiras denúncias a respeito do “esquema”. Algo que ficará melhor exposto nas considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou demonstrar de que forma a cobertura das prisões dos primeiros envolvidos no “esquema do mensalão”, realizada pelos dois principais jornais paulistas, exemplifica e atualiza os *operadores retóricos do mito*, propostos por Roland Barthes, no estabelecimento de um discurso *autoritário*. Para tanto, identificou elementos *inerentes à produção jornalística* ou possivelmente *intencionais*, que passam a ser sintetizados a partir deste momento.

A primeira consideração necessária, a esta altura da pesquisa, ressalta que a proposta não foi encontrar elementos para desconstrução da importância do jornalismo para o contexto da democracia e do direito à informação. Pelo contrário, evitou ser taxativa ao “julgar” os dois jornais como sendo autoritários ou reprodutores de estereótipos.

O objetivo deste estudo não foi levar ao descrédito a produção dos dois jornais e nem difundir a noção dogmática, porém recorrente, de que a “grande mídia” conspira contra o PT ou contra os governos representados pelo partido.

O que se buscou evidenciar é de que forma, ao representar eventos do cotidiano e filtrá-los de acordo com critérios editoriais ou próprios da redação jornalística, o jornalismo exemplifica algumas das características apontadas como singulares dos conceitos de mito e linguagem autoritária. São achados que procuram verificar analiticamente as propriedades inerentes ao jornalismo, enquanto linguagem, sugeridas por Barthes.

Na plataforma impressa, a assimetria entre quem detém o discurso e quem o recebe é inevitável. Os jornais acabam por criar – ao menos no período analisado – *asserções temporárias*, que tendem a se cristalizar caso não sejam colocadas à prova.

O termo “mensalão” foi um neologismo criado para designar suposto esquema de pagamento de propina para manutenção de apoio de parlamentares. Ao longo dos nove anos que sucederam as primeiras denúncias, foi citado como um fato de *existência própria, autônomo, natural*, ao ponto de se tornar não uma *alcunha* para o episódio, mas um *sinônimo* de práticas específicas de corrupção.

No período estudado, esta naturalização fica evidenciada, na medida em que os dois jornais se valem do termo para explicar suas consequências (as prisões dos

envolvidos), sem esclarecer as circunstâncias que antecederam as sanções. Para Barthes, esta despreocupação pelo contexto pode ser chamada de *omissão da história*, um dos operadores retóricos do mito.

Verificamos que a imprensa manteve sua tendência pela reafirmação da ordem e das instituições constituídas – ao designar a *autoridade* (o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa) de maneira mais sóbria e menos diversificada que a designação dos réus. De alguma forma, esta opção criou um enquadramento de recepção dos gestos da *autoridade*, em detrimento de eventuais posicionamentos dos condenados, sempre representados de maneira *declaratória* nas reportagens.

A nítida predileção pela cobertura dos eventos ligados aos réus do PT (José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares) nos parece um gesto de verificação de que o partido, conhecido pela defesa da ética antes de chegar ao poder, perdeu esta aura ao assumir a presidência. A prisão dos *petistas*, como foram preferencialmente chamados os três réus com maior cobertura naquela semana, encerraria um caso que minou uma das principais bandeiras do partido – no entendimento dos periódicos.

A repetição sistemática de representações conhecidas fomenta o estabelecimento de *mitos*. A recorrente associação entre os réus e o PT, entre José Dirceu e a autoridade, entre o STF e a Justiça máxima, pacifica tentativas de desmotivação das *asserções temporárias*.

A cobertura, a propósito, se contrapõe à distorção conhecida da Justiça brasileira – de preservar agentes políticos de punições severas – para reapresentar o caso do “mensalão” como um episódio diferenciado, no qual houve *punição*, em oposição à *impunidade*.

Observamos ainda o detalhamento de ocorrências periféricas à principal, notadamente as de *interesse humano*, com ampla cobertura da vida dos réus na prisão. Houve constantes tentativas de *identificação* entre leitor e narrativa, quer seja por características *positivas*, quer seja por características *depreciativas*. Essas duas operações são, elas próprias, geradoras de novos mitos: um relativo ao restabelecimento da punição e outros referentes aos condenados.

As coberturas jornalísticas da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* são muito semelhantes, inclusive do ponto de vista quantitativo. Chamamos esta característica de *cartel informativo* – procedimento intencional ou não de fazer escolhas editoriais parecidas, *retroreforçando* o conteúdo de ambos os produtos.

Para esta observação, foi importante a adoção da *análise de enquadramento* como método analítico para a identificação de termos e expressões implícitos na narrativa, mas que, salientados, demonstram opções (portanto intencionais) editoriais importantes na condução do caso.

A esta altura, parece natural concluirmos esta análise respondendo à provável pergunta – seria então o “mensalão”, e o período analisado, um exemplo de *mito*, na acepção barthesiana?

Embora o estudo tenha dado subsídios para entendermos a apropriação jornalística (em *FSP* e *OESP*) do episódio como um evento *natural* e *autônomo*, seria incauto (e talvez autoritário) concluirmos assertivamente que sim sem recorrermos novamente à acepção barthesiana.

Isso porque, como demonstrado, várias das características da cobertura identificadas nesta análise são *inerentes* à produção jornalística, de forma que sentenciar que esta representação é uma “fala roubada”, por silogismo nos levaria à conclusão de que toda narrativa jornalística é um *mito*.

O que notamos é que há *operadores retóricos* próprios ao mito barthesiano nas características *intencionais* e nas *não-intencionais* desta cobertura – a saber, principalmente, a *omissão da história*, a *identificação* e a *quantificação da qualidade*. Recepciona-se um fato histórico e o representa de forma *natural* e *descontextualizada*. Parece-nos pertinente, portanto, considerar que determinados desenvolvimentos narrativos no *corpus* analisado coadunam com as principais características do *mito* barthesiano, tomado na acepção própria formulada pelo autor.

Por outro lado, é possível verificar que os pilares do que Barthes chama de *linguagem autoritária* estão presentes na cobertura em questão – porque estão presentes em todo discurso, especialmente naqueles dos meios de massa, nos quais a fala constitui uma prerrogativa dos produtores. A *autoridade de asserção* (cuja fala é hierarquicamente superior à do interlocutor) e o *gregarismo de repetição* (que aglutina estereótipos por meio de repetições sistemáticas) são próprios de um sistema de linguagem que pressupõe o domínio prévio de um código (a língua), que é naturalmente desequilibrado. Quem *fala* detém um poder que o outro não tem, até que possa falar.

No jornalismo, esta condição se amplifica por se tratar de uma narrativa difundida pelos meios de comunicação de massa – e que tem a pretensão, no imaginário popular, de retratar a *verdade* – termo suficientemente controverso para acomodar diversas acepções. A produção jornalística (ao menos no período estudado) parece

muito mais afeita a se apropriar desta crença na verdade do que refutá-la – e em vez de dar conta das diversas versões próprias da característica *poliédrica* dos eventos noticiáveis, que admite interpretações e envolve complexidades.

Respondendo às questões iniciais formuladas na introdução a este trabalho, podemos considerar que: a) o conceito de *linguagem autoritária* encontra respaldo na amostra na medida em que os jornais procuram preservar estereótipos ligados aos signos da autoridade e do criminoso; b) a aproximação possível entre as contribuições de Barthes e a análise de enquadramento reside no fato de a segunda fornecer um método para analisar as categorias descritas pelo primeiro; c) os achados nas reportagens, conforme evidenciado, são, em parte, próprios da cobertura, e portanto fruto de decisões editoriais, e, em parte, característicos do ofício jornalístico como uma narrativa factual e imediata.

Deriva deste estudo a necessidade reconhecida de ampliar o espectro de análise da produção jornalística enquanto linguagem autoritária em outras vertentes – no conteúdo opinativo, na produção visual e não-verbal – e em outras plataformas – TV, rádio, e a crescente convergência destas plataformas em uma narrativa digital híbrida e dispersa.

Ocorre-nos ainda a hipótese de que a delineação antes *estática* de poder na produção jornalística (ainda sedimentada na relação emissor-receptor), e que agora rui com a ramificação das novas tecnologias da informação, pode ser um componente direto do que se convencionou chamar de *crise das narrativas*, na qual quem recepciona o conteúdo passa a por em xeque as *asserções temporárias*. Como a plataforma impressa apresenta poucos canais de interlocução, está bastante sujeita a esta crise, que não se dá apenas no plano comercial (custos de papel, impressão, evasão de anunciantes), mas talvez principalmente no plano discursivo – no qual o autoritarismo da linguagem está sedimentado.

Em outras palavras, pensamos que este estudo pode inclusive contribuir, em outro momento, para entrarmos no debate dos rumos da plataforma impressa a partir da perspectiva da linguagem, e não apenas de sua viabilidade comercial no mundo contemporâneo. Eventual êxito ou fim do jornalismo impresso passam não apenas por considerações de ordem física (o papel), nem de sugestões modernas de convergência com outros meios, mas de um debate aprofundado sobre conteúdo, diversidade e democracia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

ARAÚJO, Bruno Bernardo de. **Justiça, *media* e espaço público. A cobertura jornalística do julgamento do mensalão em *Época* e *Veja***. 72013. 127 p. Dissertação de mestrado defendida em julho de 2013. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

BARTHES, Roland. **Aula**. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

_____. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. **Mitologias**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O grau zero da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **O prazer do texto**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **O neutro**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **Roland Barthes, um olhar político sobre o signo**. Lisboa: Veja, 2007.

_____. **Roland Barthes: uma biografia**. São Paulo: Siciliano, 1993.

CAMPOS, Haroldo. “Sobre Roland Barthes” in **Metalinguagem e outras metas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ENTMAN, Robert. **Framing U.S. Coverage of International News: Contrasts in Narratives of the KAL and Iran Air Incidents**. Journal of communication, 41 (4), p. 6-27, Autumm, 1991.

_____. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, 43 (4), p. 51-58, Aug., 1993.

GAMSON, Willian. **Talking politics**. New York: Cambridge University Press, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. New York: Harper, 1974.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2004.

LEITE, Paulo Moreira. **A outra história do mensalão. As contradições de um julgamento político**. São Paulo: Geração, 2013.

LIMA, Venício Artur de. **Presunção de culpa: a cobertura da crise política de 2005-2006**. In: **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIPPMAN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. 8 ed. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe e COUTINHO, Aline de Almeida. **A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais**. Opinião Publica. 2007, vol.13, n.1, pp. 97-123.

MOTTA, Leda Tenório da. **Roland Barthes, uma biografia intelectual**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PERRONE-MOISÉS. Posfácio. In: BARTHES, Roland. **Aula**. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. Posfácio. In: BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Apresentação. In: BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

PIANA, Andréa Gama. **A construção imagética de um crime: Análise das capas das revistas sobre o caso Isabella Nardone**. Discursos Fotográficos, 2012, Vol.8(12), p.255.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Impunidade avesso da reciprocidade**. Sociedade e Estado. Brasília: 2001, v. 16., n 1-2.

PRIMO, Alex. **A cobertura e o debate público sobre os casos Madeleine e Isabella: encadeamento midiático de blogs, Twitter e mídia massiva**. Galáxia, v. 16, 2008

RODRIGUES, Fernando. **Políticos do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27ª ed., São Paulo, Editora Cultrix, 2006.

SOARES, Murilo César. **Análise de enquadramento**. In: Duarte, J., Barros, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006, p. 450 – 464.

_____. **Representações, jornalismo e esfera pública democrática**. São Paulo: EditoraUnesp, 2009.

SCHEUFELE, Dietram. **Framing as a theory of Media Effects**. *Journal of Communication*. v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body: the Kenedy assassination, the media and the shaping of coletive memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.